



Recortes de Imprensa

Maio | Junho 2010

apoio



7ª CORRIDA DE SOLIDARIEDADE ISCPSP/APAV (28/03)

Prova com a boa participação de 715 concorrentes, embora inferior aos 757 registados o ano passado. A organização assegurou a todos os participantes, transporte gratuito nos transportes da Carris mediante a apresentação do dorsal. Foram distribuídos 2.550 euros em prêmios monetários que abrangeram entre outros, o participante mais velho e o atleta com o traje mais sui generis.

Os dez quilómetros do percurso foram vencidos pelo sportinguista Luís Pinto no tempo de 30m52s, seguido de João Marques a 15 segundos e de Ruben Braz a 28.

Em femininos, a vitória sorriu à sportinguista Sandra Teixeira em 38m10s, com Maria do Céu Nunes a 1m20s e a veterana Lucília Soares a 1m46s. O prémio PSP contemplou Pedro Rodrigues e Paula Fernandes; Susana Louro ganhou o prémio APAV; Jorge Pimenta e Marias Pires, o prémio ISCPSP; Francisco Fernandes recebeu o prémio com traje mais sui generis e Elisa Fernandes o de Decana.



Resultados: Masc.: 1º Luís Pinto (Sporting CP) 30.52; 2º (Vet.) João Marques (Ind.) 31.07; 3º Ruben Braz (Ind.) 31.20; 4º Pedro Rodrigues (PSP) 31.36; 5º (Vet.) Euge Netonio (GDR Reboleira) 31.58; 6º (Vet.) José Inácio (GDR Reboleira) 31.59; 7º Marco Gomes (Ind.) 32.06; 8º (Vet.) Paulo Ramos (Ind.) 32.28; 9º Nuno Romão (PSP) 32.41; 10º Hélder Ferreira (Ind.) 32.56; 11º (Jún.) João Leal (Juv. Vidigalense) 33.26. Fem.: 1ª Sandra Teixeira (Sporting CP) 38.10; 2ª Maria do Céu Nunes (Ind.) 39.30; 3ª (Vetª) Lucília Soares (Ind.) 39.56; 4ª Sónia Sousa (SL Benfica) 41.15; 5ª Carla Pinto (Ind.) 41.15.



19-05-2010

REGIÃO > APOIO À VÍTIMA

APAV e GNR em campanha de sensibilização

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) está a realizar, durante este mês, várias acções de sensibilização, no âmbito do apoio à vítima, nos vários concelhos do distrito de Vila Real. A campanha "Se pode complicar, porquê facilitar?" conta com a colaboração do Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Vila Real.

Com o objectivo de sensibilizar, prever e informar toda a população, e sobretudo, uma potencial vítima de violência, a APAV está a percorrer diferentes freguesias dos concelhos do distrito de Vila Real. Na tentativa de reduzir o número de actos violentos praticados no seio familiar, a iniciativa pretende atingir grupos de risco mas, acima de tudo, "mobilizar o público em geral". "A informação abrange todas as pessoas e não só mulheres que sofrem de violência doméstica", referiu o Major Ventura, do Comando Territorial da GNR. Apostar fortemente na questão preventi-

va, através do esclarecimento, é uma das metas a alcançar.

A campanha arrancou no passado dia 13 de Maio, em Boticas, com distribuição de folhetos e uma sessão de esclarecimento. Apesar de a população aceitar de bom grado a informação prestada, "nem sempre se obtêm os resultados desejados", afirmou o Major. No entanto, o Comando Territorial parte para esta campanha com positivismo.

Vila Chã (Alijó) e Murça recebem amanhã, dia 20, esta acção de prevenção, sendo que no dia seguinte a iniciativa terá lugar no Peso da Régua e no Pinhão (Alijó). No dia 22, será a vez de Sabrosa, às 9 horas, e de Santa Marta de Penaguião, às 13 horas. No dia 25 será a vez de Venda Nova (Montalegre), às 15 horas. No dia 29 é a vez de Ribeira de Pena, às 10 horas, de Montalegre, às 11 horas, terminando a 29 de Maio em Vidago (Chaves), às 12 horas.

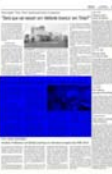
Ilídio Marques



Crianças assistem a violência doméstica

Quase 14 mil crianças assistem a situações de violência doméstica. Naqueles casos em que são reportadas situações de violência doméstica às autoridades constata-se que, pelo menos, um menor assiste a uma situação dessa natureza.

De acordo com a Associação de Apoio à Vítima (APAV) os números podem ser mais dramáticos tendo em conta que em muitos casos as situações não são reportadas às autoridades policiais.



ID: 29992958

03-05-2010

Escola Lima de Freitas

Alunos receberam formação sobre violência no namoro

Inserido num projecto de educação sexual das turmas do ensino secundário, alunos da Escola Lima de Freitas, no Viso, receberam, na passada sexta-feira, uma aula de formação sob o tema "Violência no Namoro", durante a qual foram abordadas as diversas formas de agressão.

Ana Maria Santos

red.asantos@osetubalense.pt

Tendo como base a Lei 69, de 6 de Agosto de 2009, através da qual a educação sexual nas escolas passou a ser obrigatória, alunos da Escola Secundária Lima de Freitas, no Viso, receberam na passada sexta-feira uma aula de formação sobre a temática da violência no namoro, a qual contou com a participação da PSP e da APAV.

Atentos e em silêncio, os alunos ouviram as explicações da subcomissário Maria da Luz, comandante da 1.ª Esquadra da PSP de Setúbal, a qual abordou os diversos tipos de agressão de que a vítima (homem ou mulher, mas predominantemente do sexo feminino) pode ser alvo e alguns dos mitos que estão por detrás das

causas da agressão.

Aquela responsável da PSP falou também sobre as alterações que as leis 112 e 104 vieram introduzir no que respeita aos direitos e estatuto da vítima e lembrou, por diversas vezes, aos alunos que não pode existir qualquer espécie de desculpa para uma agressão, que a igualdade de direitos e de deveres devem ser cumpridos por ambos os sexos e a importância da denúncia em caso de se ser alvo de maus tratos. A subcomissário Maria da Luz lembrou ainda que a violência no namoro começa cada vez mais cedo e que, em Portugal, um em cada quatro jovens já foi vítima de violência.

Sónia Reis, da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, falou também aos jovens sobre a associação que representa e o quanto é fundamental o pedido de ajuda por parte das vítimas.

Os professores Amândio Frias e Susana Paz, inseridos no projecto já referido, explicaram a «O Setubalense» que junto dos alunos "fizemos um apanhado de quais eram as lacunas, a nível do conhecimento, sobre algumas áreas de educação sexual e a violência do namoro, sendo uma delas, levou-nos a esta acção, a par de



José Luis

PALESTRA - Estudantes ouviram com atenção palestra sobre violência

muitas outras que a escola tem feito, nomeadamente o Gabinete de Atendimento a Jovens", na Escola Lima de Freitas.

Segundo os referidos professores, os alunos "estão a aderir bem e esta já é a segunda acção do género que fazemos, entre acções que têm a ver com consumos nocivos, higiene pessoal e dentária, são tudo acções que temos vindo a desenvolver e esta foi muito bem recebida por professores e alunos, na qual se está a dar cumprimento também a um projecto, realizado pela professora Paula Pe-

ralta, coordenadora do Gabinete de Atendimento, que foi feito no ano passado também sobre a violência nas escolas".

Neste projecto, e na Escola Lima de Freitas, estão envolvidos os alunos do 8.º ao 12.º ano, "num total de 10 a 12 turmas da escola" que, faseadamente, vão sendo alvo deste tipo de acções.

Resta acrescentar que, pela primeira vez, uma destas acções contou com a presença de Madalena Queiroz, assessora do Gabinete da ministra da Educação.



ID: 30014409

05-05-2010

Violência doméstica difícil de denunciar

Impotência. Pessoas ainda não sabem o que fazer quando se deparam com agressões

BRUNO ABREU

"Apesar das convenções e leis, as pessoas ainda se sentem impotentes quando se deparam com casos reais de violência doméstica. Isto mesmo com a mudança de lei penal de crime particular para crime público". Teresa Beleza, professora de Direito da Universidade Nova de Lisboa, mostrou, desta forma, a esperança na nova lei penal, "uma boa ideia para as mentalidades andarem para a frente" (*ver caixa*).

A violência doméstica e a nova lei do divórcio foram dois dos as-

suntos discutidos na conferência "Mulheres e os paradoxos da pós-modernidade", que decorreu segunda-feira e ontem no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Lisboa.

"A lei ignorou durante muito tempo a violência doméstica. Basta ver que antigamente, por exemplo em Inglaterra, o marido tinha o poder de correcção sobre a mulher, desde que não se excedesse", diz a professora. Em Portugal ainda não se chegou a um consenso e o texto da violência doméstica foi um dos que mais vezes foi modificado, nas 27 vezes em que foi revisto desde a sua redacção em



Teresa Beleza falou na conferência 'Mulheres e os paradoxos da pós-modernidade'

BRUNO CASTANHEIRA/GLOBAL IMAGES

MUDANÇA

Agressões passaram a crime público

» A violência doméstica passou a ser crime público no ano de 2000. A mudança na lei previu a criação de uma rede de casas-abrigos e de centros

de atendimento às vítimas. Da mesma forma foi reforçada a possibilidade legal de afastamento do agressor e outros mecanismos de combate.

1982. Para a advogada Vera Adão e Silva, a nova lei do divórcio pode ser um passo em frente para a defesa de quem sofre a violência: "O divórcio é mais simples, e qualquer facto que impeça a vida em casal serve de motivo", diz.

Noventa por cento dos casos registados pela Associação de Apoio à Vítima são de violência doméstica.



Vítimas de violência doméstica recebem mais apoio

O posto da GNR de Quarteira acolhe uma Unidade de Apoio à Vítima Imigrante (Projecto Sul), que desde Março está a funcionar nesta cidade. O objectivo é prestar auxílio às pessoas que sofrem este tipo de crime.



Júlia Cardoso é a jurista que está todas as quartas-feiras no posto da GNR de Quarteira, no âmbito das actividades do Projecto Sul – Unidade de Apoio à Vítima Imigrante, desenvolvido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), para prestar auxílio às vítimas de violência doméstica.

O projecto destina-se a emigrantes vítimas desse tipo de crime, mas se for cidadão nacional também poderá recorrer a este serviço, a partir do qual será encaminhado para um Gabinete de Apoio à Vítima (GAV), de acordo com a sua área de residência.

Desde que está em funcionamento, este gabinete já deu apoio a cerca de 10 situações, de ambas origens: “dos 10 casos que tivemos, tanto foram

“É necessário que a pessoa tenha consciência de que está a ser vítima de um crime”

por parte de imigrantes como de outras mulheres que procuram apoio e já tivemos mais situações durante a

primeira quinzena de Abril do que no mês de Março”, explica Júlia. Tal facto deve-se, na opinião da jurista, à falta de conhecimento da população da existência deste serviço. “Nós temos consciência que a partir do momento em que as pessoas tenham conhecimento que nós estamos cá às quartas-feiras, que virão mais pessoas solicitar o nosso apoio”, diz, confiante. Refira-se que os gabinetes de apoio à vítima garantem apoio genérico de encaminhamento e aconselhamento à vítima, que de acordo com as necessidades será encaminhada para apoio psicológico, jurídico ou social. Todo o apoio é prestado numa relação de confiança e confidencialidade e com base na vontade da vítima. “Muitas vezes as pessoas vêm aqui, solicitam o nosso apoio, mas não estão ainda preparadas para denunciar, precisam de tempo e de ganhar confiança. A pessoa informa-se sobre dos direitos que tem, como funciona todo o processo para depois tomar a decisão”, explica.

Em 2008, no GAV de Loulé o tipo de apoio mais comum foi o genérico (37,3 por cento dos casos), seguindo-se o emocional (25,4) e jurídico (24,2).

Denúncias aumentam

A denúncia de crimes de violência doméstica tem aumentado de ano para ano. De acordo com os dados estatísticos da Rede Nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, em 2008 houve 116 denúncias no GAV de Loulé. Júlia Cardoso aponta o factor sensibilização como uma das principais causas do aumento das denúncias deste tipo

de situações: “é necessário que a pessoa tenha consciência de que está a ser vítima de um crime e cada vez mais a

Medo das represálias, vergonha e dependência afectiva e económica contribuem para que muitas vítimas permaneçam em silêncio

pessoa tem essa noção das situações que constituem crime e denúncia”, considera. Além disso, o facto de haver um maior apoio no acto da denúncia contribuiu também para este incremento. “Muitas vezes a pessoa tem receio das represálias e a sensibilização e o esclarecimento que tem vindo a ser feito tem ajudado, também, a que a pessoa sinta uma maior segurança”, justifica.

E é precisamente o medo das consequências de uma possível denúncia que fez, e continua a fazer, com que muitas mulheres vivam, ainda hoje, em silêncio. Existe, em outros casos, o elemento vergonha. Vergonha em assumir, vergonha em confessar, vergonha em denunciar. Também contribui para esta ‘solidão’ das vítimas, a dependência afectiva e económica. Júlia Cardoso explica: “A pessoa economicamente dependente do outro tem uma maior dificuldade em reagir,

ao outro”.

Como resultado, há muitas mulheres que perdem a auto-estima, que atribuem as causas das agressões a elas próprias, que se sentem inferiores a nível pessoal ou mesmo laboral e a justificação que encontram é que “a culpa é delas”, diz.

Como ajudar?

Antes de mais prestando apoio, mostrando que existem ajudas: “Não podemos passar a ideia de que tudo são facilidades, porque não são, mas existem entidades e instituições que apoiam e ajudam a pessoa a sair destas situações”, afirma Júlia.

A apresentação de uma queixa pode constituir uma forma de apoio à vítima, pois com a alteração da lei feita em 2009, a violência doméstica passou a ser um crime público e qualquer pessoa pode apresentar a denúncia. “Com a alteração à lei houve a preocupação de dar mais garantias de protecção à vítima, porque muitas vezes a pessoa apresentava queixa e depois de pressionada acabava por desistir. Actualmente isso já não é possível, pois a continuação do processo já não está nas mãos da vítima”, explica a jurista. A prevenção da vítima é a prioridade e as medidas preventivas irão depender da situação concreta, tendo em conta o perigo em que a vítima se encontra. À prevenção vem, mais uma vez, associada a sensibilização: “A prevenção que pode ser feita é muita na base da sensibilização”, comenta Júlia Cardoso. “Se a pessoa tiver conhecimento que existem respostas para este tipo de situações, à partida sente-se com mais coragem para denunciar”, justifica. De acordo com a jurista, há muitas pessoas que aparecem a solicitar apoio que não têm consciência de que foram vítimas de um crime, que não têm consciência dos seus direitos e é aí que o trabalho de sensibilização/conscientização é mais importante. Manter as pessoas informadas é, portanto, fundamental.

A alteração da lei

- Com a alteração da lei em 2009, reforçou-se o combate à violência doméstica.
- Actualmente, o agressor pode ser detido fora de flagrante delito e é possível recorrer a meios electrónicos para controlar os arguidos à distância, assim como proteger a vítima com recurso a meios técnicos de teleassistência.
- De acordo com a proposta, definiu-se, pela primeira vez, um estatuto da vítima de violência doméstica, o qual é reconhecido no momento em que é apresentada uma queixa fundamentada e que contempla um conjunto de direitos e deveres.
- O Serviço Nacional de Saúde assegura a prestação dos cuidados necessários por parte de técnicos especializados. No plano institucional, passa a existir a Rede Nacional de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, que integra casas de abrigo, centros de atendimento e especializados, núcleos de atendimento e grupos de ajuda mútua.

acaba por não ter capacidade económica para pôr um ponto final naquela situação e sair e tentar constituir a sua vida. A pessoa sente-se, por isso, presa

Isa Barros

Dramaticamente em crescendo...

Violência doméstica

**Mira Ferreira***colaborador*

Parece podermos considerar como um facto adquirido, a inquietante e dramática realidade de que a violência doméstica está em crescendo, incluindo cada vez mais vítimas mortais que, na sua maioria, são mulheres.

Na verdade, dados relevados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no mês de Fevereiro último, revelam que no ano passado morreram 16 pessoas contra sete do ano de 2008, o que constitui um aumento de inúmeros 128,5 por cento.

Efectivamente, esta dezena e meia de vítimas põem a claro uma grave problemática dos nossos dias e que significam também que são comportamentos que subvertem, corrompem, o real sentido da realidade e respeito pela vida, atingindo de forma contundente a família.

Acresce, e ainda mais a deplorar, que muitas vezes a morte da vítima é o corolário de anos consecutivos de sofrimento, mercê de maus tratos físicos e psíquicos – muita pancada, ferimentos, membros partidos, “nódoas negras” com recurso inevitável aos hospitais.

Dores e lágrimas padecidas em silêncio, até sem queixumes que transpusessem as paredes da habitação numa tentativa de abafar, esconder ou desvalorizar a tirania de que é alvo, conquanto que perfeitamente consciente da

sua completa inocência, perante toda a envolvência trágica da situação.

Uma envolvência que atinge também e da forma contraproducente, destruidora, os filhos, em numerosos casos logo desde o berço e que os vai acompanhando, tumultuosamente no crescimento, anos adiante.

Afinal, toda a família marcada pela negativa e piores razões, a que consequentemente é roubada alegria e gosto de viver, paz para realização com pessoas e até dinheiro que é desviado para fora do lar.

Desejável e frutuoso é que se multipliquem e ajudem as Associações e congéneres organizações de auxílio às vítimas e que as vítimas sejam apoiadas, auxiliadas e compreendidas nas questões em que a violência doméstica lhes destrói e martiriza a vivência quotidiana.



SANTOS DA CASA

Quinta-feira, Maio 13, 2010

TRAVASSOS EM LISBOA E PORTO



Pinkdraft Espaço APAV & Cultura 14 Maio

A APAV apresenta no dia 14 de Maio, pelas 19h00, um concerto com o grupo Pinkdraft. Este evento tem lugar no Espaço APAV & Cultura, na Rua José Estêvão 135-A (ao Jardim Constantino), em Lisboa e tem entrada livre.

Pinkdraft é um grupo constituído por Ricardo Jacinto (violoncelo), Nuno Torres (saxofone alto), Nuno Morão (percussão) e Travassos ("tapes", "circuit bending", objects). Este quarteto desenvolve uma música experimental assente na linguagem da improvisação, através da utilização de elementos electro-acústicos e electrónicos, desafiando regras pré-concebidas.

Mais informações: myspace.com/pinkdraft



EDUARDO RESENDES

Educar para combater a violência doméstica

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

O combate à violência doméstica deverá ser promovido através da educação, sustenta a magistrada espanhola Maria Poza Cisneros, convidada para participar como palestrante nas Jornadas de Direito Penal, em Ponta Delgada.

Apresentando o exemplo espanhol, onde se aumentou o número de anos de prisão para os casos de violência doméstica, a magistrada explicou que esta medida não provocou uma diminuição do número de crimes, nem da gravidade dos mesmos.

Na prática, as mulheres continuam a denunciar os crimes e o número de mulheres vítimas de homicídio, em casos de violência doméstica, também aumentou. Por isso, a solução para este problema social é apostar na educação para uma mudança de comportamentos sociais.

Em Espanha, por exemplo, foram criados tribunais especiais para se julgarem os casos de violência de género, sempre que o agressor é do sexo masculino e a vítima do sexo feminino.

Maria Poza Cisneros considera que a experiência espanhola em matéria de violência doméstica "é única". "Não existem outros países que tenham seguido e considero ser uma experiência valiosa com muitos elementos positi-

vos, mas também com elementos negativos que os outros sistemas devem apreender para não seguirem este caminho", explicou a magistrada.

Uma das singularidades do sistema espanhol é o agravamento das penas para os crimes praticados por homens contra as suas companheiras ou antigas companheiras.

"A mesma conduta se for praticada por um homem é mais penalizada do que se for cometida por uma mulher", refere a magistrada.

O agravamento da penalização do homem foi uma decisão do Tribunal Constitucional de Espanha, em 2008.

"Houve várias críticas a esta lei, mas o Tribunal Constitucional disse que era aprovada esta lei. O tribunal considerou que se pode castigar mais o homem, sempre e quando a sua conduta é uma manifestação da condição de superioridade histórica entre o homem e a mulher", argumentou.

Maria Poza Cisneros explicou ainda que existem tribunais em Espanha, em todas as regiões, para julgarem os processos de violência contra a mulher.

"Espanha é o único país do Mundo que tem tribunais para mulheres vítimas de violência de género", acrescentou a magistrada espanhola em declarações ao Açoriano Oriental, à margem das jornadas de Direito Penal. ♦



Maria Poza Cisneros apresentou modelo judicial espanhol

Tribunais especialistas conseguem melhorar definição de critérios

A existência de tribunais em Espanha exclusivamente para julgarem processos de crimes praticados contra mulheres, em contexto de violência de género, apresenta-se como uma singularidade do sistema judicial espanhol. Maria Poza Cisneros, magistrada, explica que com esta medida é possível uma melhor definição de critérios a aplicar, sendo o principal objectivo destes tribunais proteger

as vítimas. "É preciso salvaguardar os direitos constitucionais das vítimas", afirma, acrescentando que estes tribunais apenas julgam os casos de violência de género, onde a vítima é uma mulher. Os restantes casos de violência doméstica são julgados em tribunais normais. "Se uma mãe bate num filho, será julgada num tribunal normal. Se o marido bater na mulher é julgado no tribunal especial", exemplifica.

Notícia

18-05-2010 - 21:20

Projecto Cres'Sendo promove acções de sensibilização para alunos e professores

Temas em debate

Violência no Namoro; Bullying, Relações, Afectos e Responsabilidades

No âmbito do projecto de educação afectivo-sexual, Cres'Sendo, da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, a cargo da Professora Paula Botelho, realizou-se hoje [18 de Maio], em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), várias acções de sensibilização sobre a "Violência no Namoro", para os alunos dos 5º e 6º anos.

Ainda numa perspectiva pedagógica e de prevenção, a APAV realizou, também, duas sessões de esclarecimento sobre "Bullying o que é? Estratégias de intervenção", direccionadas aos professores.

As explicações sobre esses temas estiveram a cargo da psicóloga Isabel Lourenço, que na sua deslocação a Santa Maria, esteve acompanhada, ainda, pela coordenadora Helena Chaves Costa, do Gabinete de Ponta Delgada da APAV/Açores.

Ainda, no âmbito do projecto Cres'Sendo e em parceria com a Associação para o Planeamento Familiar (APF) Açores está a decorrer desde 17 de Maio acções de formação na área da saúde sexual e reprodutiva.

As acções, "Relações, Afectos e Responsabilidades", dirigidas aos alunos do ensino secundário irão decorrer até dia 20 de Maio.





Nova Frente Juvenil Sobralinho debate pedofilia no sábado

“**P**edofilia - Um Crime por Esclarecer” é o nome da iniciativa que a Associação Nova Frente Juvenil, do Sobralinho, vai dinamizar no próximo dia 22 de Maio.

A iniciativa realiza-se no Salão Nobre do Palácio do Sobralinho, a partir das 21 horas, e pretende trazer a debate um tema bastante actual.

Moderada por Paula Perfeito, a iniciativa conta com um painel de oradores bastante vasto que promete dinamizar a discussão. Sónia Reis, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima da APAV, Teresa Gonçalves, psicóloga clínica, o procurador-adjunto da República Manuel Magriço, a eurodeputada Edite Estrela, Pedro Namora, vítima de abusos sexuais e a jornalista da RTP Rita Marrafa de Carvalho são algumas das presenças confirmadas.

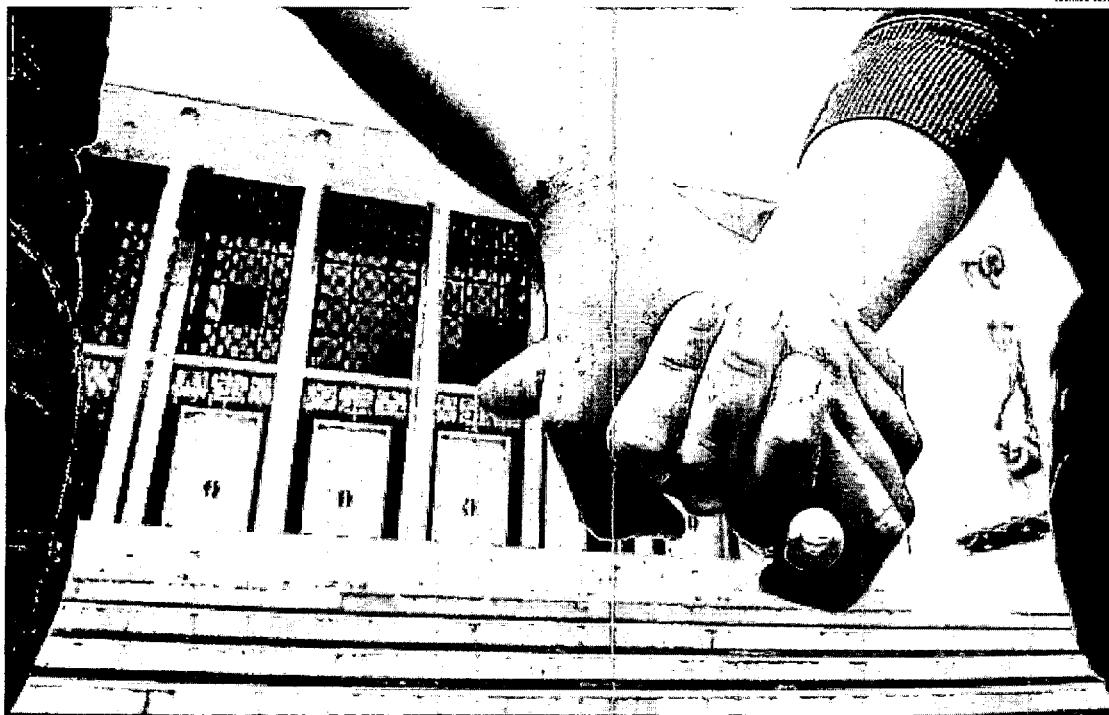
“Sofro de abusos sexuais, como posso denunciar e ser ajudado?” é o primeiro tema a ser abordado, numa noite que pretende ainda analisar os traumas e sequelas que uma vítima tem de enfrentar no seu processo de reintegração na sociedade.

A discussão deverá ainda abordar as leis que protegem as vítimas e analisar as medidas, actualmente, em curso contra o flagelo na Europa.

O testemunho de uma vítima de pedofilia é outro dos momentos previstos no programa que também propõe para discussão a importância do papel da comunicação social.

“Pedofilia - Um Crime por Esclarecer” servirá, de resto, para o lançamento do livro “Porquê a Mim?”. Da autoria de Bernardo Teixeira, o lançamento da obra tem é apoiado pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a Junta de Freguesia do Sobralinho.

Ana Filipa de Sousa



Tribunal de Ponta Delgada condenou homem que disparou arma de ar comprimido sobre a zona torácica da mulher

Homem condenado por disparar sobre a mulher

● Arguido condenado a dois anos e 10 meses ficou com a pena suspensa. APAV preocupada pela subida da violência nas agressões entre casais nos Açores

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianoriente.pt

O tribunal de Ponta Delgada condenou um homem de 44 anos a uma pena de dois anos e 10 meses de prisão, com pena suspensa, por ter desferido um tiro com uma arma de ar comprimido, vulgarmente conhecida por "pressão de ar".

Os factos remontam ao dia 12 de Setembro de 2008, altura em que, na sequência de uma discussão com a ofendida, o indivíduo "pegou repentinamente numa espingarda de ar comprimido e apontou-a a vítima, para a inti-

midar". No entanto, como a arma estava carregada ocorreu um disparo, que atingiu a vítima na zona torácica, ficando a bala alojada na parede abdominal.

O disparo não provocou lesões internas na mulher, apenas causando fortes dores e dez dias de doença.

O arguido estava acusado da prática de um crime de violência doméstica agravada, porque o disparo ocorreu na presença de um filho do casal, mas o tribunal de Ponta Delgada considerou que se tratou de um crime de ofensa à integridade física, por negligência. Também foi condenado pela posse ilegal de arma, porque a Polícia de Segurança Pública, apreendeu-lhe um revólver de classe C, na sequência de uma busca domiciliária efectuada a 30 de Agosto de 2007. Na ocasião, a polícia apreendeu ainda diversas munições e um conjunto de armas brancas de grandes dimensões. O facto é que o tribunal considerou que as armas brancas fazem parte de uma colecção do ar-

guido, não tendo o mesmo sido condenado pela posse daqueles objectos na residência.

De referir que, anteriormente, o arguido já tinha sido condenado por tráfico de estupefacientes, numa pena de prisão efectiva superior a cinco anos. Contudo, o tribunal entendeu existirem condições para a aplicação de uma pena suspensa pela prática deste crime contra a mulher.

Tribunal apresenta hoje acórdão do homem que matou namorada à facada

● O tribunal de Ponta Delgada realiza hoje a leitura do acórdão do caso de um homem de 22 anos, que matou a namorada com cinco facadas, em Setembro de 2009, em Ponta Delgada. O arguido confessou o crime durante a primeira sessão do julgamento e revelou estar arrependido pela prática do homicídio. No entanto, conforme revelou em

Aumentam denúncias de crimes
Nos Açores houve 1302 participações em 2009, enquanto que em 2008 esse valor foi de 1259 participações, ou seja, registou-se um aumento de 3,4 por cento, segundo o relatório da Direcção Geral de Administração Interna. Os concelhos com maiores percentagens de crimes são Ponta Delgada, Ribeira Grande, Nordeste e Povoação.

tribunal, após ter esfaqueado a namorada, abandonou a faca num caixote de lixo, foi a casa colocar a roupa na máquina de lavar e deslocou-se para uma discoteca na cidade de Ponta Delgada.

O arguido está a aguardar o julgamento em prisão preventiva e vai conhecer hoje a decisão dos juizes do tribunal de Ponta Delgada, durante a manhã.

Helena Costa, coordenadora da Associação de Apoio à Vítima dos Açores (APAV), considera que a subida das denúncias deve ser encarada como um sinal positivo do sistema de protecção da vítima. "Os casos de violência doméstica estão a aumentar nos Açores, mas isso não significa que o crime esteja a aumentar, antes, representa um aumento das denúncias", explica a representante da APAV.

Segundo Helena Costa o aumento das denúncias representa "um sinal positivo de confiança das vítimas nas organizações que lidam com esta problemática e confiança relativamente às polícias e tribunais".

O aumento das denúncias é acompanhado pelo aumento da violência dos crimes. Em 2008 foram mortas seis mulheres nos Açores, em contexto de violência doméstica. Helena Costa considera ser, por isso, "factual" um aumento da violência contra as mulheres. "Nota-se um aumento da violência e o papel dos órgãos de comunicação social tem sido importante na divulgação dos mesmos, sobretudo quando é efectuado para sensibilizar a opinião pública e não para expor a vida privada das pessoas".

"É que a violência doméstica é uma questão de direitos humanos e a sociedade tem um papel importante na defesa dos direitos humanos", sublinha.

Actualmente o crime de violência doméstica é público e poderá ser denunciado às polícias ou tribunais por qualquer vizinho ou familiar que tenha conhecimento de agressões físicas ou verbais entre o casal.

Helena Costa reconhece que existe um aumento de denúncias, através de pessoas exteriores ao crime, mas na grande maioria dos casos continua a ser a mulher a denunciar os crimes.

"Já se nota um aumento de denúncias provenientes de vizinhos, familiares, amigos e das escolas. No fundo, quem tem conhecimento dos casos de violência doméstica começa-nos a procurar o que é muito importante. No fundo a sociedade civil está num processo para acabar com violência entre duas pessoas que deveriam ter uma relação afectiva", descreve a coordenadora regional da APAV.

A aplicação do programa Contigo, que prevê a reabilitação do agressor, é uma boa prática aplicada na comarca de Ponta Delgada, mas Helena Costa considera ser prematuro avançar sobre as taxas de sucesso deste programa, porque as "taxas de reabilitação nunca são muito altas". ♦



ID: 30223683

19-05-2010

Violência doméstica dispara

As queixas por violência doméstica aumentaram 23,1 por cento face ao ano de 2008, tendo as forças policiais do distrito de Braga registado, em 2009, 1.635 participações. Este valor, que corresponde a mais 307 queixas que as registadas no ano anterior (1.328), traduzem a terceira maior subida entre os 18 distritos e as duas regiões autónomas do país.

Setúbal e Évora – com 32,7 e 30,3 pontos percentuais, respectivamente – foram os distritos onde a violência doméstica mais se agravou, mas a subida registada no Baixo Minho duplica a média de agravamento verificada ao nível nacional, que foi de 10 por cento. Mas em termos absolutos, os 14 concelhos dos vales do Cávado e do Ave ocupam o quinto lugar da lista negra da violência que ocorre dentro de casa, que é liderada por Lisboa (7.522 queixas) e que apresenta os distritos do Porto (6.562), Setúbal (2.400) e Aveiro (1.929 participações) à frente de Braga.

Os dados avançados pelo Ministério da Administração Interna dão conta que a grande maioria das vítimas são do sexo feminino – 28 mil 868 no plano nacional, valor que corresponde a 82,6 por cento do total sendo que mais de 80 por cento tinha 25 ou mais anos de idade. Os números do Relatório Anual de Segurança Interna revelam ainda que 64 por cento das vítimas das 30 mil 543 participações de violência doméstica (uma participação pode ter mais do que uma vítima) eram conjuges e/ou companheiros, enquanto que 13 por cento eram ex-conjuges, 12,1 por cento filhos ou enteados e 7 por cento pais ou padrastos e/ou madrastas.



Triplicou o número de crimes com armas nos últimos 5 anos

Violência. Portugal tem mais do dobro da média de armas de fogo por habitante que a existente em vários países desenvolvidos. No ano passado, cem pessoas foram mortas a tiro

VALENTINA MARCELINO

No espaço de apenas cinco anos, triplicou o número de crimes cometidos com recurso a armas de fogo. No ano passado, houve um total de 7060 casos com este grau de violência – a uma média de quase um por cada hora – enquanto em 2004 esse número foi de 2546. Uma análise estatística feita pelo DN, com base nos dados oficiais do Ministério da Justiça, mostra que o uso de armas de fogo em crimes se afirmou como tendência desde 2005. Até esse ano eram as armas brancas (facas, navalhas, etc.) o instrumento mais utilizado. No início da década, por exemplo, em 2001, a relação era de 4059 armas brancas para 1626 armas de fogo. Esta diferença vai atenuando-se até que, em 2005, se inverte e, em 2009, passa mesmo a ser o triplo.

De acordo com o Observatório sobre Género e Violência Armada, que promove hoje um seminário sobre "Violência e Armas Ligeiras", existem em Portugal 1,4 milhões de armas legalizadas e estimam que estejam no mercado nacional perto de 1,2 milhões de armas de fogo ilegais. "Somando os dois valores atinge-se uma média brutal de 2,5 armas por cada dez habitantes, mais do dobro do que a Amnistia Internacional considera razoável e que é o que acontece em países desenvolvidos, ou seja, uma arma para cada dez pessoas", alerta José Manuel Pureza, dirigente do Observatório e líder parlamentar do Bloco de Esquerda. "Associar a dimensão dos números ao crime é inevitável", acrescenta.

No ano passado foram cometidos cem assassinios com armas de fogo e 423 pessoas ficaram gravemente feridas. Segundo um estudo que vai ser hoje apresentado pelo Observatório de Violência, "de 2003 a 2008 deram entrada nos hospitais portugueses 2047

vítimas de ocorrências (mortos e feridos) com armas de fogo, na maioria jovens (47,1%) dos 20 aos 39 anos".

"Além da questão da insegurança, a existência de um número tão elevado de armas em mãos civis tem também consequências muito graves a nível social e até económico. Há custos para os serviços

de saúde, com as estruturas de reinserção e custos sociais", sublinha José Pureza.

De acordo com as estatísticas do MJ, a esmagadora

maioria dos crimes em que as armas de fogo foram utilizadas ocorreu em crimes contra o património (6537, em 2009). Os roubos na via pública destacam-se, com 1446 casos. Em 2001, foram registados apenas 658 casos.

Curiosamente, os maiores distritos, Lisboa, Porto e Setúbal, não foram palco da maioria dos crimes com arma de fogo, embora sejam aqueles distritos onde se verificam cerca de 40% da criminalidade do País. Nestas regiões

foram registados 1586 crimes com arma de fogo, embora seja de realçar que no caso de Setúbal estas armas são o recurso mais utilizado, enquanto em Lisboa e no Porto as armas brancas prevalecem.

Um dos objectivos da investigação foi mapear a oferta le-

gal e ilegal de armas de fogo, identificar os utilizadores e as motivações e perceber os impactos da violência armada. Uma das constatações é que "parte das armas em situação ilegal resultaram do desvio de armas legais. De 2004 a 2007, foram furtadas e/ou extraviadas 5913 armas de fogo em Portugal. Ou seja, uma média de quatro armas de fogo por dia alimentam a criminalidade.

José Manuel Pureza pensa que, a nível legislativo, se "está no bom caminho", mas acredita que "há boas práticas noutros países que podiam ser adoptadas". Como, por exemplo, "porque não destruir logo as 0 armas entregues voluntariamente?", sugere.

NÚMEROS

7060

► **Crimes registados** em 2009 em que foram utilizadas armas de fogo.

100

► **Homicídios voluntários consumados** no ano passado com utilização de armas de fogo pelos autores.

423

► **casos de ofensa à integridade física voluntária grave** em 2009, foram registados como tendo as armas de fogo como forma de causar a ofensa.

445 360

► **Licenças de porte e uso de arma** foram emitidas de 2004 a 2008.

5913

► **Extravios e/ou furtos** de armas de fogo foram contabilizados de 2004 a 2007 em Portugal.

2047

► **Vítimas** de 2003 a 2008 deram entrada nos hospitais, sejam mortos ou feridos, resultantes de ataques com armas de fogo.

CASOS VIOLENTOS

29 DE FEVEREIRO DE 2008

► **Os dois** homicídios aconteceram com um intervalo de cinco horas, na noite de 29 de Fevereiro para 1 de Março e poderão ter sido cometidos pelo mesmo indivíduo, nunca descoberto.

Alexandra Neno, 33 anos, foi atingida com dois tiros quando, às 19.45, estacionava o Mercedes Benz SLK do marido à porta de casa. Por volta das 00.20, Diogo, 22 anos, foi baleado na cabeça, no parque de estacionamento do Oeiras Parque. Tinha terminado o turno na loja quando, com um amigo, surpreendeu um indivíduo a mexer num Audi no parque.

JULHO A DEZEMBRO DE 2007

► **A discoteca** El Sonero foi palco do primeiro dos quatro homicídios com arma de fogo que marcaram esse ano no Porto, associados à segurança de espaços nocturnos da cidade.

29 DE MARÇO DE 2005

► **Dois agentes** da PSP foram mortos na Amadora. Os polícias foram baleados várias vezes por um indivíduo a quem solicitaram que se identificasse.



ANDRÉ CARRILHO

**Parceria Renascença/VER****“O número de vítimas é muito superior às estatísticas”***» Gabriela Costa*

O IEEI está a desenvolver um projecto de abordagem ao tráfico de seres humanos que engloba o primeiro estudo transversal sobre esta realidade em Portugal e que, partindo de um âmbito internacional, visa tecer recomendações ao nível das políticas e práticas de combate a este crime. A enorme diversidade entre os sistemas e tipos de tráfico requer uma abordagem holística, interdisciplinar e de longo prazo, avança ao VER a coordenadora executiva do projecto, Cláudia Pedra. Anualmente, pelo menos 2,5 milhões de pessoas em todo o mundo são vítimas de tráfico e das suas várias formas de exploração, laboral e sexual. Estima-se que 600 mil pessoas são anualmente traficadas para a Europa. Destas, 80% são, presumivelmente, mulheres.

Reconhecendo que os migrantes, embora constituindo “um contributo extremamente importante para a força laboral” nos países de acolhimento, são “frequentemente alvo de atitudes discriminatórias”, o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) está a desenvolver o projecto “Migrações, Combate ao Tráfico de Pessoas - Valorização e Inclusão Social das Vítimas”, que se dedica à análise do tráfico de seres humanos. O objectivo é cruzar as perspectivas da promoção de direitos humanos, da segurança e da política de imigração, de modo a contribuir para um combate mais eficaz ao tráfico de seres humanos em Portugal e no contexto europeu.

Pode ler mais em http://www.ver.pt/conteudos/ver_mais_Valores.aspx?docID=1101.



Armas: Um terço das mulheres que recorre à APAV afirma que agressor tem arma de fogo

Perto de um terço das mulheres que recorreram entre outubro e março à Associação de Apoio à Vítima (APAV) afirmou que o agressor possui ou tem acesso a armas de fogo, revela um estudo divulgado ontem.

O estudo "Violência e armas ligeiras, um retrato português", do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, analisou os impactos das armas de fogo na violência contra as mulheres, entre outubro de 2009 e março de 2010, em parceria com a Rede Internacional sobre Armas Ligeiras e a APAV devido à "insuficiência" de dados oficiais nesta matéria.

Das 101 mulheres que recorreram à APAV e que responderam ao questionário, 30,7 por cento refere que o responsável pela agressão possui ou tem acesso a armas de fogo.

"Relevante é também a percentagem de denunciante que afirmou não saber se o parceiro tinha uma arma em casa (39 por cento)", salienta o documento.

Os autores do estudo afirmam que o facto das mulheres não saberem se o parceiro tem uma arma em casa, "significa ter de lidar com essa dúvida e, portanto, com a eminência da descoberta da sua existência".

"E significa que, acima de tudo, para manter e perpetuar uma relação de dominação e de poder, a arma não tem necessariamente de ser usada ou mesmo vista", sublinha.

Segundo o estudo, a ameaça do uso de arma é a forma de intimação mais comum nos casos de violência doméstica, sendo mesmo superior à exposição ou ao apontar da arma à vítima.

Sobre os custos diretos (tratamento hospitalar e perda de produtividade) e indiretos (como sofrimento e perda de qualidade de vida) dos crimes com armas de fogo, o estudo "(sub)estima" um custo médio anual de cerca de 108 milhões de euros no período 2003/2008, custo médio/habitante inferior a estudos de outros países.

Citando dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), o CES refere que em 2008 foram registados 81 casos de utilização de armas de fogo em situações de violência doméstica, o que corresponde a 0,5 por cento do total dos casos de violência doméstica reportados (17 648), contra um por cento em 2006 e 0,7 por cento em 2007.

Referindo os dados de 2006, o estudo destaca que quase metade das armas usadas em crimes de violência doméstica eram armas de caça.

Os dados do RASI referem ainda que, em 2008, 37 por cento do universo total de utilização de armas foram em situações de violência doméstica.

Os autores do estudo entrevistaram também reclusas do Estabelecimento Prisional de Tires, que representa 45,6 por cento da população prisional feminina em Portugal, e onde cerca de oito por cento está presa por crimes com armas de fogo.

As reclusas indicam que o seu contacto com armas foi mais tardio do que no caso dos homens e está associado à participação no tráfico de drogas. Uma parte significativa dos relatos referiu o uso de armas de fogo em situações de violência doméstica, em particular como forma de reação a um historial de maus tratos.



Tribunal de Ponta Delgada condenou homem que disparou arma de ar comprimido sobre a zona torácica da mulher

Homem condenado por disparar sobre a mulher

Arguido condenado a dois anos e 10 meses ficou com a pena suspensa. APAV preocupada pela subida da violência nas agressões entre casais nos Açores

LUIS PEDRO SILVA
luis@acorianoriente.pt

O tribunal de Ponta Delgada condenou um homem de 44 anos a uma pena de dois anos e 10 meses de prisão, com pena suspensa, por ter desferido um tiro com uma arma de ar comprimido, vulgarmente conhecida por "pressão de ar".

Os factos remontam ao dia 12 de Setembro de 2008, altura em que, na sequência de uma discussão com a ofendida, o indivíduo "pegou repentinamente numa espingarda de ar comprimido e apontou-a a vítima, para a inti-

midar". No entanto, como a arma estava carregada ocorreu um disparo, que atingiu a vítima na zona torácica, ficando a bala alojada na parede abdominal.

O disparo não provocou lesões internas na mulher, apenas causando fortes dores e dez dias de doença.

O arguido estava acusado da prática de um crime de violência doméstica agravada, porque o disparo ocorreu na presença de um filho do casal, mas o tribunal de Ponta Delgada considerou que se tratou de um crime de ofensa à integridade física, por negligência. Também foi condenado pela posse ilegal de arma, porque a Polícia de Segurança Pública, apreendeu-lhe um revólver de classe C, na sequência de uma busca domiciliária efectuada a 30 de Agosto de 2007. Na ocasião, a polícia apreendeu ainda diversas munições e um conjunto de armas brancas de grandes dimensões. O facto é que o tribunal considerou que as armas brancas fazem parte de uma colecção do ar-

guido, não tendo o mesmo sido condenado pela posse daqueles objectos na residência.

De referir que, anteriormente, o arguido já tinha sido condenado por tráfico de estupefacientes, numa pena de prisão efectiva superior a cinco anos. Contudo, o tribunal entendeu existirem condições para a aplicação de uma pena suspensa pela prática deste crime contra a mulher.

Tribunal apresenta hoje acórdão do homem que matou namorada à facada

O tribunal de Ponta Delgada realiza hoje a leitura do acórdão do caso de um homem de 22 anos, que matou a namorada com cinco facadas, em Setembro de 2009, em Ponta Delgada. O arguido confessou o crime durante a primeira sessão do julgamento e revelou estar arrependido pela prática do homicídio. No entanto, conforme revelou em

Aumentam denúncias de crimes

Nos Açores houve 1302 participações em 2009, enquanto que em 2008 esse valor foi de 1259 participações, ou seja, registou-se um aumento de 3,4 por cento, segundo o relatório da Direcção Geral de Administração Interna. Os concelhos com maiores percentagens de crimes são Ponta Delgada, Ribeira Grande, Nordeste e Povoação.

Helena Costa, coordenadora da Associação de Apoio à Vítima dos Açores (APAV), considera que a subida das denúncias deve ser encarada como um sinal positivo do sistema de protecção da vítima. "Os casos de violência doméstica estão a aumentar nos Açores, mas isso não significa que o crime esteja a aumentar, antes, representa um aumento das denúncias", explica a representante da APAV.

Segundo Helena Costa o aumento das denúncias representa "um sinal positivo de confiança das vítimas nas organizações que lidam com esta problemática e confiança relativamente às polícias e tribunais".

O aumento das denúncias é acompanhado pelo aumento da violência dos crimes. Em 2008 foram mortas seis mulheres nos Açores, em contexto de violência doméstica. Helena Costa considera ser, por isso, "factual" um aumento da violência contra as mulheres. "Nota-se um aumento da violência e o papel dos órgãos de comunicação social tem sido importante na divulgação dos mesmos, sobretudo quando é efectuado para sensibilizar a opinião pública e não para expor a vida privada das pessoas".

"É que a violência doméstica é uma questão de direitos humanos e a sociedade tem uma papel importante na defesa dos direitos humanos", sublinha.

Actualmente o crime de violência doméstica é público e poderá ser denunciado às polícias ou tribunais por qualquer vizinho ou familiar que tenha conhecimento de agressões físicas ou verbais entre o casal.

Helena Costa reconhece que existe um aumento de denúncias, através de pessoas exteriores ao crime, mas na grande maioria dos casos continua a ser a mulher a denunciar os crimes.

"Já se nota um aumento de denúncias provenientes de vizinhos, familiares, amigos e das escolas. No fundo, quem tem conhecimento dos casos de violência doméstica começa-nos a procurar o que é muito importante. No fundo a sociedade civil está num processo para acabar com violência entre duas pessoas que deveriam ter uma relação afectiva", descreve a coordenadora regional da APAV.

A aplicação do programa Contigo, que prevê a reabilitação do agressor, é uma boa prática aplicada na comarca de Ponta Delgada, mas Helena Costa considera ser prematuro avançar sobre as taxas de sucesso deste programa, porque as "taxas de reabilitação nunca são muito altas".

tribunal, após ter esfaqueado a namorada, abandonou a faca num caxote de lixo, foi a casa colocar a roupa na máquina de lavar e deslocou-se para uma discoteca na cidade de Ponta Delgada.

O arguido está a aguardar o julgamento em prisão preventiva e vai conhecer hoje a decisão dos juizes do tribunal de Ponta Delgada, durante a manhã.



Tortura policial: investigação lenta e com «evidências de impunidade»



As investigações sobre denúncias de torturas cometidas por polícias prosseguiram de modo lento em Portugal no ano passado, com «evidências de impunidade», destaca a Amnistia Internacional (AI) no relatório de 2010 sobre a situação dos Direitos Humanos no mundo. Na abordagem da situação portuguesa relativamente à tortura e outros maus-tratos, a Amnistia refere os casos de Leonor Cipriano (mãe de Joana, uma menina desaparecida no Algarve em 2004) e de Virgolino Borges (funcionário da CP suspeito de roubo).

No relatório lê-se que em 2009 prosseguiram as investigações criminais sobre estas denúncias contra agentes policiais e recorda-se que o Tribunal Penal de Faro pronunciou a sentença do caso de Leonor Cipriano, reconhecendo que havia sido torturada sob custódia policial em 2004. «No entanto, absolveu os três polícias, alegando ser impossível identificar exactamente quem havia sido o responsável, enquanto um quarto agente foi condenado por falso testemunho e outro por falsificação de documentos», sublinham os autores do relatório, indicando que no final do ano estava pendente o recurso de Leonor Cipriano.

Outro caso entra no relatório da Amnistia, citado pela Lusa: «No fim do ano, não havia sido marcada uma data para a audiência de três agentes da Polícia Judiciária acusados de terem torturado Virgolino Borges em Março de 2000». A AI refere que o caso estava prestes a ser julgado em Novembro de 2008, mas que foi adiado, «até à realização de exames médicos adicionais requisitados pela defesa».

Virgolino Borges disse ter sido torturado enquanto estava sob custódia, por polícias que o «esmurram e bateram nas solas dos seus pés com um bastão de madeira». «A investigação foi encerrada em 2005 pela Procuradoria Geral da República, que alegou que as lesões poderiam ter sido auto infligidas», refere a AI, acrescentando que o queixoso recorreu da decisão nos tribunais, tendo o Tribunal da Relação ordenado em 2005 que o caso fosse a julgamento.

No documento constam também os casos de violência doméstica contra mulheres e raparigas registados em 2009 pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV): 15 904 queixas, das quais 16 de homicídio.

A organização faz ainda um resumo dos passos relativos à investigação da suposta cumplicidade das autoridades portuguesas na «transferência ilegal» de presos para a Baía de Guantanamo, encerrada há um ano por falta de provas, recordando que dois ex-detidos naquela prisão fixaram residência em Portugal.



ID: 30343724

27-05-2010

Amnistia denuncia casos de tortura em Portugal

Polícias implicados foram absolvidos ou ainda não foram a julgamento

A lentidão das investigações sobre denúncias de torturas cometidas por polícias em Portugal, no ano passado, e as "evidências de impunidade" são motivo de censura da Amnistia Internacional (AI) no relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Mundo.

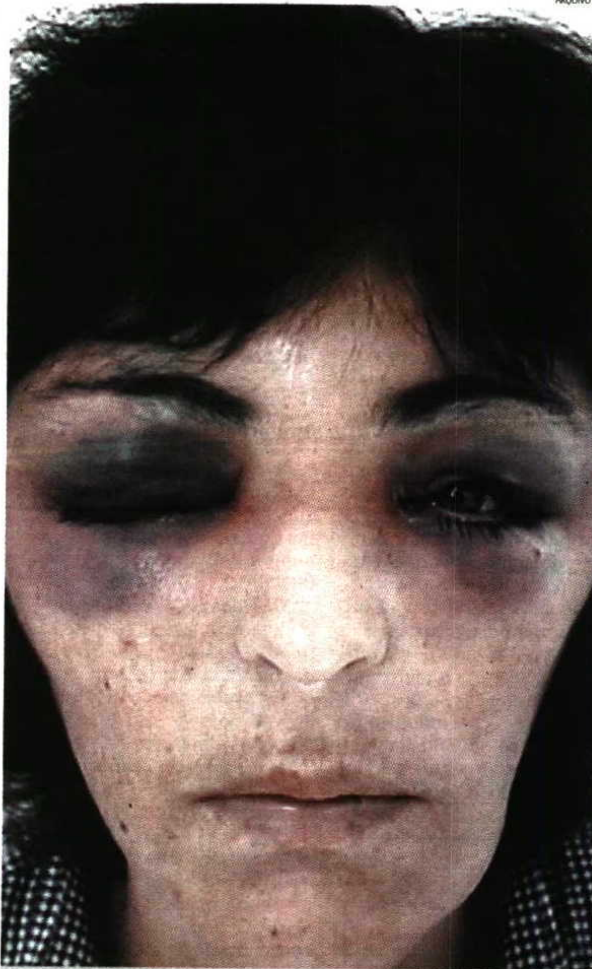
Na abordagem da situação portuguesa relativamente à tortura e outros maus tratos, a AI refere os casos de Leonor Cipriano (mãe de Joana, uma menina desaparecida no Algarve em 2004) e de Virgolino Borges (funcionário da CP suspeito de roubo).

No relatório "O estado dos Direitos Humanos no Mundo", lê-se que, em 2009, prosseguiram as investigações criminais sobre estas denúncias contra agentes policiais e recorda-se que o Tribunal Penal de Faro pronunciou a sentença do caso de Leonor Cipriano, reconhecendo que havia sido torturada sob custódia policial, em 2004.

"No entanto, absolveu os três polícias, alegando ser impossível identificar exactamente quem havia sido o responsável", enquanto um quarto agente foi condenado por falso testemunho e outro por falsificação de documentos", sublinham os autores do relatório, indicando que, no final do ano, estava pendente o recurso de Leonor Cipriano.

À espera desde 2000

Outro caso denunciado pela Amnistia é o de Virgolino Borges, que acusa três inspetores da Polícia Judiciária de tortura, em 2000. Até ao fim do ano passado, a audiência dos polícias ainda não tinha



Leonor Cipriano foi condenada a homicídio, apesar de ter confessado sob tortura

Mundo

ANGOLA

Angola continua a registar casos de execuções extrajudiciais, de uso excessivo da força, tortura e outros maus tratos por parte das autoridades. A AI afirma que há relatos de "prisões e detenções arbitrárias" e que continuam os desalojamentos forçados no país. No que respeita à liberdade de imprensa, três jornalistas foram acusados de abusar dos meios de comunicação e outro foi condenado a prisão, com pena suspensa, por difamação.

BRASIL

Apesar de o Brasil ter um plano nacional para a protecção dos defensores de direitos humanos, os activistas sociais foram alvo de ameaças, ataques e acusações politicamente motivadas. A AI denuncia, ainda, que "diversos agentes foram acusados de envolvimento com o crime organizado e com grupos de extermínio".

GUINÉ-BISSAU

A AI refere que foram cometidos "homicídios ilegais, tortura e outros maus-tratos, prisões e detenções arbitrárias, sempre com impunidade". O homicídio de políticos, como o presidente "Nino" Vieira, exacerbaram a já delicada situação do país. O "tráfico de drogas foi o motivo da instabilidade política e dos assassinatos", de acordo com a Amnistia.

sido marcada. A AI refere que o caso estava prestes a ser julgado, em Novembro de 2008, mas foi adiado "até à realização de exames médicos adicionais requisitados pela defesa".

Virgolino Borges disse ter sido torturado enquanto estava sob custódia, por polícias que o "esmurram e bateram nas solas dos seus pés com um bastão de madeira". "A investigação foi encerrada em 2005 pela Procuradoria-Geral da República, que alegou que as lesões poderiam ter sido autoinfligidas", refere a AI, acrescentando que o queixoso recorreu da decisão nos tribunais, tendo o Tribunal da Relação ordenado em 2005 que o caso fosse a julgamento.

Voos da CIA

A organização faz ainda um resumo dos passos relativos à investigação da suposta cumplicidade das autoridades portuguesas na "transferência ilegal" de presos para a Baía de Guantánamo, encerrada há um ano por falta de provas, recordando que dois ex-detidos naquela prisão fixaram residência em Portugal.

Violência doméstica

motivou quase

16 mil queixas e fez

16 vítimas mortais

O regresso destes homens à Síria "não foi possível devido ao risco de sofrerem torturas e outras graves violações dos Direitos Humanos", acrescenta a Amnistia, referindo que o Governo português, com base em questões humanitárias, concedeu residência aos dois e confirmou que "nenhum tipo de acusação seria feita contra eles".

No relatório da Amnistia Internacional, constam também os casos de violência doméstica contra mulheres e raparigas registados em 2009 pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima: 15 904 queixas, das quais 16 de homicídio. ■



28-05-2010

VIOLÊNCIA ESCOLAR EM DEBATE EM POIARES

A Associação de Pais e Encarregados de Educação de Poiares promove hoje, entre as 19h00 e as 21h00, no Centro Cultural de Poiares, uma palestra sobre “Prevenção da violência escolar”, que conta com a presença de responsáveis da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

中国视角

主办单位: 葡华侨联 地址: ESC. AV. DA BICAVISTA N°1588-3°SALA 314 4100 PORTO
时间: 2010年4月26日 Email: ypingchow@yahoo.com.cn
主编: 周一平(Y PING CHOW) 副主编(葡): JOSÉ ANDRADE
电话: 917847880 937478831 2010年第三期(总第三期)

ASS. PARA DESNVOLVIMENTO
DOS CHINESES EM PORTUGAL

葡萄牙华人华侨

联合总会

“华人告警察” 又有新进展 约见当事人 着手告警察



己则拿出罚款单据填写罚单。郑原云不甘受气准备继续理论, 此时他身后另外一名 GNR 警员突然走上前揪起郑先生的外套然后把郑原云的头上, 开始用拳头殴打郑原云。由于事发突然而且头部被蒙住压倒在地, 郑原云只感到头部和背部受到多人的袭击, 疼痛难忍。

事发之后, 2月25日, 葡萄牙 GNR 警察又恶人先告状, 率先向葡萄牙法院递交了诉状, 并找到一帮证人出庭做“证”, 导致郑原云蒙冤受屈, 落入被动的局面。郑原云有骨气, 不甘在异国他乡忍辱受气, 他决定拿起法律的武器还击, 状告葡萄牙 GNR 警察种族歧视和无理打人的行为。郑原云委托葡华侨联帮助自己讨回公道, 还自己一个清白。

3月2日上午, 原葡萄牙少数民族高专委员现葡华侨联执行主席周一平先生, 带着旅葡华人郑原云的诉状从波尔图来到里斯本, 在葡萄牙少数民族高专办公室, 向事先约好的葡萄牙少数民族高专负责人和受害者援助中心的 M 女士汇报 2月3日在波尔图发生的一起葡萄牙警察无理殴打华人郑原云的经过, 并正式委托他们办理“诉状”, 状告葡萄牙警察蛮横无理的种族歧视行为。

至此, 华人告警察事件不径而走, 在葡萄牙华人中广为流传。第一时间, 西葡华文报纸与各大网络均刊登了这条新闻, 人们都在密切注视着这起官司的结果, 以此衡量葡萄牙法律的公平性和公正成分, 看葡萄牙法律是否偏袒警察还是秉公执法严惩不贷。

葡萄牙少数民族高专委员会及葡萄牙受害者援助中心十分重视这个事件, 在不到一个月的时间里, 他们就抽出时间派人亲自赶赴波尔图, 约见当事人, 表现出他们对此事件极高的关注度, 同时也用行动证明了他们的办事效率。

据悉, 4月23日前, 葡萄牙内政部国务秘书 Dra. Dália Araújo 将接见葡华侨联执行主席周一平先生, 详细听取周一平汇报“华人告警察”的事情经过。对此, 葡华侨联执行主席周一平呼吁: 今后, 旅葡华人在葡萄牙若遭到种族歧视和无理侵害后, 都可以委托葡华侨联, 葡华侨联有义务帮助受害人讨回公道。

本刊将继续跟踪报道“华人告警察”事件, 第一时间抵达现场, 第一时间采写文章, 请关心此案的读者留意。

3月30日, 葡萄牙少数民族高专负责人和受害者援助中心的 M 女士专程前往波尔图, 约见 2月3日被葡萄牙警察无理殴打的华人郑原云, 详细听取了郑原云的描述。当听完全部过程后, 两人对郑原云的遭遇深表同情, 均认为葡萄牙警察蛮横无理的行为有严重种族歧视倾向, 并当场决定回到里斯本后即着手准备材料, 正式状告当警察。

事情的经过是这样的: 2月3日下午郑原云驾车外出, 车开出没多远, 就在 7 号街和 10 号街的交汇点被一名葡萄牙国民警卫队 GNR 警察截停下来, 对方语气傲慢地要求他出示居留证件和驾驶执照。郑原云没有多

想就把居留卡和驾照递给该名国民警卫队 GNR 警察。

警察把证件仔细检查了一遍之后, 对郑原云说, 他的驾照上注明他的双眼近视, 因此一定要戴眼镜, 但是刚才驾车的时候却没有戴上, 所以郑原云违反了交通规则, 要罚款。郑原云愕然, 自己的视力一直很好从来没有问题, 何来没有戴眼镜一说呢? 显然是 GNR 警察业务不熟, 误看了证件上的数字。郑原云开始和对方理论, 但是对方持着自己的身份而不肯认错, 更不予理睬。

GNR 警察拿着郑原云的证件走到对面的警车上, 交给了车上的另外一位警察, 让郑先生在一旁等候。自

本报评论

融入主流社会是需要代价的

2010年, 葡华侨联与波尔图大学、葡萄牙东方合作发展会社共同举办“中国-葡萄牙两国文化系列交流活动”, 是每年各种中葡文化交流活动的延续。葡华侨联之所以花费这么大的气力和精力组织这样的活动, 都是为了表现葡华侨联积极融入葡萄牙主流社会的决心。

长期以来, 葡华侨联每年都坚持举办一些中葡文化方面的交流活动, 为积极推广中国传统文化和融入葡萄牙主流社会做了大量的工

作。

融入所在国主流社会并不是一句空话, 不能只挂在口头上, 是需要付出实际行动的。

既然我们选择了在葡萄牙生活和赚钱, 我们就应该积极融入这个社会, 遵纪守法, 学习语言, 了解民俗, 熟悉法律, 与更多的葡萄牙人打成一片, 成为他们知心交好的朋友。


因此, 对于中国和葡萄牙组织的促进两国政治、经济、贸易、文

化、艺术、体育等活动, 华人都应该积极的参加。对于中国和葡萄牙组织的各种各样的民间、民俗、节庆等活动, 也应该积极的参加。把自己真正融入进葡萄牙这个社会中去。一些加入葡萄牙国籍的华人更应该与葡萄牙人同呼吸共命运。为建立中葡两国人民之间的友谊和促进中葡两国间的文化交流做出自己的贡献。

大家知道, 融入葡萄牙主流社会是要付出代价的, 有时需要你放

下手头的生意去参加一些活动, 有时要求你抽出业余时间去学习葡语, 有时还需要你与葡萄牙人一起欢呼庆祝足球比赛的胜利和承受失利的悲伤等等。你的这些一点一滴的行动实际就是融入葡萄牙社会最好的表现。

“中国-葡萄牙两国文化系列交流活动”即将拉开帷幕, 葡华侨联热忱欢迎生活在葡萄牙的华人华侨积极融入并踊跃参加。



Eurodisseia
1985-2010

A jovem advogada espanhola, Iris Blanc, está entre os 20 estagiários do Eurodisseia que quiseram conhecer os Açores

Açores são região “pouco conhecida” mas “muito atraente”

RUI JORGE CABRAL
rcabral@correspondent.pt

Iris Blanc tem 26 anos e veio da região da Catalunha, em Espanha. Está entre os 20 jovens europeus, sobretudo espanhóis e franceses, que vão agora iniciar um estágio de meio ano nos Açores ao abrigo do programa Eurodisseia, que permite todos os anos a cerca de meia centena de jovens açorianos terem um contacto com o mercado de trabalho europeu, ao mesmo tempo que abre a porta da internacionalização dos recursos humanos às empresas locais, com outros tantos jovens europeus.

Iris escolheu os Açores para estagiar por se tratar de uma região “pouco conhecida” em Espanha, embora e talvez por isso mesmo “muito atraente”. Ao contrário da maioria dos seus colegas, que estão nas áreas da biologia marinha, do audiovisual, do turismo ou do restauro, Iris é advogada e vai trabalhar na delegação da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em Ponta Delgada, fornecendo apoio

jurídico às vítimas de crimes. “Por um lado, temos o delinquente e, por outro, a vítima, que nos dá uma visão diferente do delito. Por exemplo, no caso da violência doméstica dá-se muita importância à vítima, a quem se oferece ajuda social, financeira, psicológica e jurídica, e interessa-me muito esta visão do Direito mais centrada na vítima”, afirma Iris em entrevista ao Açoriano Oriental.

Contudo, esta é a primeira vez que a jovem advogada vai trabalhar nesta área, uma vez que a sua experiência anterior em Barcelona foi Direito Comercial.

A possibilidade de ter um contacto mais directo com as pessoas e com os seus problemas é, por isso, um dos aspectos que mais interessa a Iris na experiência que agora vai ter no apoio jurídico às vítimas de crimes. Iris está há pouco mais de uma semana em São Miguel e começa agora a aprender as diferenças entre o português e o castelhano, mas já teve oportunidade de passear por uma ilha “belíssima” onde lhe agrada a ideia de passar meio ano a trabalhar. No Eurodisseia, to-

dos os anos cerca de um quinto dos estagiários opta por tentar a sua sorte no local para onde foi estagiar. O mesmo tem acontecido também nos Açores, mas Iris para já não vê essa possibilidade até porque em Espanha e ao contrário do que acontece com outras áreas profissionais, a actual situação de crise fez com que “os advogados sejam dos que mais têm trabalho neste momento”, sobretudo na área da recuperação de dívida.

O Direito Europeu foi uma das áreas onde Iris também se especializou. Um motivo para perguntar se a Europa é uniforme a esse nível ou se há diferenças assinaláveis entre os 27 países que constituem actualmente a União Europeia. “O objectivo do Direito Europeu é criar instituições comuns entre todos os Estados, bem como um Código Civil europeu, embora seja muito difícil porque há ainda Estados-membros com um Direito muito diferente entre eles e, por exemplo, basta lembrar que Portugal e Espanha, que são países muito próximos, têm no entanto um Direito muito diferente”, conclui Iris. ■



reportagem



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, *Quando* *amar* DÓI!

Por dia, são apresentadas, em Portugal,
mais de 80 queixas de violência doméstica,
um aumento de 10% face aos anos anteriores.
Conheça esta realidade de perto.

Por Leonor Antolin Teixeira



“**P**us uma tábua de passar a ferro entre a cama e a porta, para que ele não me agredisse durante a noite. Sentia um medo muito grande, não conseguia dormir. E ficava ali, a rezar para que o dia amanhecesse...” Foi assim a última noite de Mónica Andrade. O amor que dantes a unia àquela pessoa que um dia escolheu para a sua vida dava agora lugar ao total desespero. À agressão psicológica juntou-se, sem razão aparente, a violência física e, de repente, aquele companheiro de vida tornou-se o pior dos inimigos, como explica: “Começou a dizer que eu tinha um amante e começou a chamar-me nomes. Da agressão psicológica à física foi um instante. Não eram agressões visíveis, porque ele tinha o cuidado de, todas as vezes que me agredia, fazê-lo sempre na cabeça. Batia-me sempre no carro ou em casa, nunca em público. Chegou também a tentar forçar relações sexuais. No dia seguinte, pedia-me desculpa e dizia que me amava, sem o mínimo arrependimento! Ao que eu respondia: ‘Não digas isso, porque quem ama não faz o que tu fazes!’ E ele insistia: ‘Da próxima vez que me enervar, saio de casa! Não te toco mais!’ Mas claro que eram promessas que nunca se cumpriam... Eu vivia num estado de depressão tal, que nem me apetecia sequer levantar da cama, só o fazia por causa dos meus filhos. Senti-me sem chão, sem vontade de viver. Esta situação arrastou-se durante anos... Mas no momento em que ele começou a agredir os meus filhos e a minha família, foi quando procurei ajuda. Ele fazia-me acreditar que eu não tinha saída possível. Até que comecei a despertar e a pensar: ‘Não, isto não pode ser, até um animal tem direito à felicidade, quanto mais um ser humano!’ Procurei ajuda junto das associações. Hoje sinto-me de novo com vontade de viver.” Para Susana Afonso, a violência começou de forma semelhante: “O nosso casamento já não estava muito bem e quando comecei a dizer-lhe que queria o divórcio, começou a ameaçar-me, fazendo uma pressão enorme, do género: ‘Ou fazes como eu quero, ou eu saio de casa já. Não vales nada, és uma mãe horrível!’ E isto arrastou-se durante muitos anos. Até ao ponto de eu ter uma depressão. As ameaças, entretanto, passaram, mas eu descobri que ele tinha outra pessoa. E claro que ele disse que a



reportagem

*“Pus uma tábua de passar a ferro entre a cama e a porta, para que ele não me agredisse durante a noite. Sentia um medo muito grande, não conseguia dormir”,
Mónica Andrade, vítima de violência doméstica*

culpa era minha, que não era mulher que chegasse para ele. A partir daí, o ambiente foi-se degradando ainda mais. Várias vezes, à frente dos miúdos, mandou-me desaparecer, dizia que não prestava para nada e que devia arranjar um amante também. Até que houve uma noite em que fui sair com uma amiga e pensei que ele não estivesse em casa, porque me tinha dito que tinha de ir viajar e que não sabia se voltava... Quando cheguei, ele estava em casa e aí começou a agressão física. Deu-me um par de estalos e atirou-me para cima da cama. Depois mandou-me uma mensagem do aeroporto a pedir-me desculpa... Tenho 300 mensagens dele gravadas no meu telemóvel. E e-mails. E flores... Ele nunca me enviou flores enquanto meu namorado ou marido e depois das agressões enviava flores para toda a gente ver! Hoje não quero acreditar que um dia conheci e escolhi aquela pessoa para a minha vida... Não quero acreditar que alguém que era um verdadeiro cavalheiro fosse capaz disto! As agressões continuaram consecutivamente. Apertou-me o pescoço várias vezes, mas era sobretudo nos braços que me magoava. E foram essas marcas, os dedos marcados, que serviram como prova no DIAP. Depois, começou com ameaças de que me destruíra a família toda. E a determinada altura, quando ele começou a ameaçar de morte, a mim e aos meus amigos, foi quando recorri à APAV. Ele dizia-me: 'Sei onde é que trabalhas, vou lá e faço-te uma espera. E vou atrás dos teus amigos!' E eu comecei a ficar ainda mais aterrorizada. Quando soube que tinha feito

queixa, tentou declarar-me bipolar. Fomos a um psicólogo onde eu tinha consultas, que provou que eu não era bipolar e aí as agressões físicas pioraram! No final já dizia, em frente dos miúdos, que não se importava de ir parar à cadeira, desde que tivesse a certeza de que me mandava para uma cama de hospital! Agora, imagine-se o que é que isto faz na cabeça de duas crianças. Eu tenho bilhetes da minha filha a dizer: 'Mãe, parem com isso, já sou suficientemente infeliz!' Isto tudo foi passando, até que houve uma noite em que ele me começou a perguntar: 'Mas não há mesmo hipótese de ficarmos juntos? Pensa bem!' Eu respondi: 'Não, não há amor, não te amo mais, esquece!' Ele só disse: 'Então está bem!' Não demorou nem 15 segundos até me atirar contra a parede. Bati na esquina da parede, fiquei aflita das costas, e como vi que eu não caí, agarrou-me outra vez e atirou-me contra o chão, enquanto dizia: 'Eu mato-te, eu vou dar cabo de ti! Tu nem sabes o que é que te vai acontecer!' Aí confesso que entrei em pânico, mesmo! A seguir ele foi dormir, como se nada se tivesse passado, adormeceu! Preparei as malas das crianças, deixei tudo pronto, agarrei na chave do carro e escondi-a. Escondi também a chave de casa. Vesti umas calças de fato de treino que estavam a secar, todas amarradas, mas nem quis saber disso, porque não queria era acordá-lo. Nem casaco levei nem nada... Agarrei num estojo SOS que tinha, uma mala pequenina só com *lingerie*, meias e amostras de produtos básicos, como *sham-*

A REALIDADE em NÚMEROS:

• As forças de segurança registaram, só no primeiro semestre de 2009, 14.600 queixas de violência doméstica, o equivalente a uma média de 81 participações por dia. Em comparação ao primeiro semestre de 2008, houve um aumento de 12% de denúncias.

PERFIL DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

- Sexo feminino (85%);
- Casada ou em união de facto (53%);
- Idade média de 39 anos;
- Quase dois terços das vítimas têm uma relação do tipo conjugal com o agressor;
- Cerca de 73% têm habilitações até ao 9º ano;
- A maioria (76%) não depende

economicamente do agressor;

- Em Portugal, 82% das vítimas têm naturalidade portuguesa, sendo as restantes 18% naturais sobretudo do Brasil, de Angola e de Cabo Verde.

PERFIL DO PERPETRADOR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

- Sexo masculino (88%);
- Casado ou em união de facto (54%);
- Idade média de 40 anos;
- Cerca de três quartos dos agressores possui habilitações iguais ou inferiores ao 9º ano;
- Em Portugal, 83% têm naturalidade portuguesa, sendo os restantes 17% naturais sobretudo do Brasil, de Angola e de Cabo Verde.

OCORRÊNCIA DOS EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

- No primeiro semestre de 2009, os meses em que ocorreram mais casos de violência doméstica foram Março, Maio e Junho;
- A maioria das situações ocorre ao fim-de-semana (cerca de 1/3), sendo domingo o dia mais crítico. Depois de uma diminuição nos primeiros dias da semana, volta a aumentar no final da semana.
- Quase metade das situações de violência doméstica ocorre de noite (entre as 19h e as 24h)
- 46% das ocorrências foram presenciadas por menores.

TIPOS DE VIOLÊNCIA

- 74% dos casos envolveram violência física;
- 54% envolveram violência psicológica;
- 1,1% envolveram violência sexual;
- Em 16% das ocorrências o agressor utilizou uma arma. Os tipos de armas mais frequentes foram: armas brancas (6%), armas de fogo (2,6%) e peças de mobiliário ou utensílios de cozinha (4,2%);
- As formas de violência psicológica mais utilizadas são o insulto do agressor à vítima (46% dos casos) e a ameaça à integridade física da vítima (35% dos casos).



poo e gel de banho, etc. E nessa noite saí de casa. Fechei a porta à chave e fui a correr do 8º andar até à 2ª cave, o mais depressa que conseguia! Fui directa à esquadra da polícia e fiz queixa. Nessa noite fui para uma casa de acolhimento da APAV e posso dizer que há muitos meses que não dormia tão bem como naquele sítio completamente impessoal. Agora estou à espera do seguimento do Ministério Público. Tive momentos de grande desespero e de muito medo, em que dormia com a porta do escritório fechada, com medo de que ele me batesse. Mas nessa altura, os meus amigos foram a minha força. Porque, sinceramente, só me apetecia desistir de tudo!”

As causas

O que poderá estar por detrás de uma agressão física? O que poderá levar alguém a maltratar a pessoa que um dia amou? “Este tipo de agressor tem uma estrutura de personalidade caracterizada por traços sádicos, com um fundo mais ou menos sociopata, no sentido da ausência de culpa. Na maior parte dos casos, um agressor foi, ele próprio, vítima de maus tratos, físicos e/ou psicológicos na sua infância (desvalorizações, privações e humilhações profundas e repetidas). Brutalmente ferido no seu orgulho e na sua auto-estima e na impossibilidade de se revoltar internamente contra quem o maltratou, o agressor identifica-se com quem também o agrediu e repete a cena de violência com novas vítimas”, explica Teresa Metelo Dias, psicóloga. Para Joana Marques Vidal, presidente da APAV, trata-se de um problema,

acima de tudo, de direitos humanos, independentemente das suas causas. “As causas da violência doméstica são alvo de muitos estudos, mas há aqui uma questão cultural muito grande. Fundamentalmente, a violência doméstica é um problema de violação dos direitos humanos, um problema de abuso. Como qualquer outro tipo de violência, é um problema de abuso de poder do mais forte sobre o mais fraco.

E, em termos comunitários e da sociedade em que estamos organizados, a mulher ainda é o elemento mais fraco.” Um ponto de vista partilhado por Elisabete Brasil, directora executiva para a Violência de Género, da União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR]: “Há, muitas vezes, por parte da família, uma reacção do género: ‘Tem calma, pensa melhor... Vê lá, olha os miúdos...’ Há uma série de indicações que também a família e os amigos vão dando no sentido da desculpabilização. Quem vive uma situação de violência vive um trauma grave, mas vive também o sentimento do insucesso da relação. Isto é, a responsabilidade pelo corte da relação. E isto vem de uma educação cultural e social no sentido de sermos educadas para o sucesso, sendo

Apoio SOS:
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Tel. 213 587 900 (sede)
ou 707 200 077
www.apav.pt
Umar – União de Mulheres Alternativa e Resposta
Tel. 218 873 005 (sede)
www.umarfeminismos.org





“Hoje não quero acreditar que um dia conheci e escolhi aquela pessoa para a minha vida... Não quero acreditar que alguém que era um verdadeiro cavalheiro, fosse capaz disto”, Susana Afonso, vítima de violência doméstica

que o sucesso é visto pela sociedade como uma relação longa, uma relação estável, tudo ‘certinho’. Quando muitas vezes esse ‘certinho’ não tem nada de certo.”

Emoções complexas

Transversal a qualquer sociedade, o problema da violência doméstica tem por base algo que é comum: a complexidade emocional para as suas vítimas, como adianta Elisabete Brasil: “Não se trata de um problema que tenha por base a questão da dependência financeira. Os estudos mostram que as situações de violência são transversais, independentemente da cor, da etnia, da orientação sexual, do estrato económico, da estabilidade económica, etc. Mas, muitas vezes, é uma série de conflitos emocionais que está na sua base. É um problema complexo, de múltiplas escolhas que têm de se fazer e de corte com alguém que um dia se pensou ser a pessoa que escolhemos para amar e para viver. Alguém que, ao mesmo tempo, é a pessoa que nos traz insegurança, muita culpa, que nos transfigura.” Uma realidade que Mafalda Borges, técnica da APAV, conhece de perto: “As mulheres que nos telefonam são, na sua maior parte, mulheres muito angustiadas, completamente desamparadas. Normalmente sem conseguirem traçar objectivos para a sua vida, têm vidas muito desestruturadas. O nosso papel é estruturar essas vidas, procurar orientá-las no melhor sentido. Delineamos um plano de segurança, caso a vítima esteja a viver com o agressor e necessite desse apoio. Se não for esse o caso, tentamos, juntas, recuperar o seu percurso e sair desse ciclo de violência. Na maior parte das vezes, as vítimas não aceitam muito bem ou não querem essa mudança. E aí tentamos que a vítima veja que também tem direito a uma vida estável e feliz. É esse o nosso papel, é essa a nossa responsabilidade.” Que consequências psicológicas traz esta realidade para as vítimas? “À vítima restam-lhe duas hipóteses: revoltar-se ou subjugar-se. Porém, um dos problemas mais graves da violência doméstica tem precisamente a ver com a dificuldade destas mulheres, em abandonar o agressor, por medo ou pela esperança de uma transformação

que nunca chega, mantendo-se assim submissas aos maus tratos. Na verdade, os agressores vão dando alguns sinais do seu carácter violento antes ainda da primeira agressão: são habitualmente homens possessivos, frios, intolerantes ao desejo do outro. Isto não é conscientizado, no entanto, pela vítima, ela própria carente de afecto e com uma frágil auto-estima. O pior é que enquanto se mantém na ilusão de receber um dia amor do seu companheiro, o tempo vai passando e cada vez mais se envolve numa teia de terror e da qual julga não ter saída. A ferida é geralmente tão grande que chega a confundir possessão, que é aquilo que reconhece como o mais próximo de uma relação afectiva, com amor. O verdadeiro amor, antes, encerra em si respeito, generosidade e ternura. Não é possível ajudar estas mulheres sem analisar profundamente a raiz da sua falta de amor-próprio, que acaba por ditar escolhas doentes que cada vez mais agravam a sua desvalorização e a esperança no futuro. Estas são as marcas mais fundas e nefastas que a violência doméstica deixa: o agravamento da convicção de que não se tem direito ao amor. Ser-se amado e respeitado é o mínimo que se pode esperar desta passagem pela vida, e todos a isso têm direito.”

Os números

Com um aumento de 10,1% face ao ano anterior, registaram-se, em 2009, 30.543 queixas de violência doméstica. De acordo com o último relatório da Direcção-Geral da Administração Interna, morreram mais seis pessoas do que em 2008, perfazendo um total de 16 vítimas. O último relatório da APAV aponta para um total de 6539 mulheres vítimas de crime em 2009, o que representa cerca de 127 por semana. De acordo com a presidente, Joana Marques Vidal, este aumento de queixas significa uma maior visibilidade do problema, apesar de haver ainda muito por fazer: “Há alguma preocupação, tem havido algum investimento e principalmente tem havido uma maior sensibilização por parte da comunidade e por parte das próprias vítimas. O que permite, por um lado, que as vítimas tenham mais confiança pa-



ra participarem. Por outro lado, em termos comunitários, as pessoas estão a tornar-se mais intolerantes face a este tipo de violência e isso é um caminho bom. De qualquer forma, o que se sente é que, apesar de todo este aumento de esforços e de resultados, há ainda uma grande zona cinzenta, submersa, há uma realidade ainda invisível que infelizmente é muito superior. Portanto, a violência doméstica é um problema que continua a ser grave e que temos de encarar de frente, de uma forma muito mais radical." Uma opinião partilhada por Elisabete Brasil, da UMAR: "Estes números não podem fazer-nos concluir que há um aumento da violência, mas sim que há um aumento da visibilidade do fenómeno e também um aumento do recurso das vítimas ao sistema. Agora, estes números são, em nosso entender, uma ponta do *iceberg*, porque temos dados, ao nível da Europa, indicadores de que a violência é muito maior. Ainda há muito a fazer. O sistema tem de ser mais apurado, mais articulado e mais célere. Sabemos que o momento da denúncia ou da queixa, em muitas das situações, significa o momento de aumento do risco e falta um acompanhamento à vítima aqui. Ainda temos um sistema que é duplamente penalizador para as vítimas: a violência ocorre, mas depois a vítima ainda tem de deixar o seu emprego, a sua casa, as crianças deixam as suas redes de suporte, vão para casas abrigo, longe do seu local de origem, recomeçando uma vida. Enquanto o agressor fica em casa, calmamente, a aguardar o julgamento que virá daqui a uns anos e cuja consequência será, na esmagadora maioria das vezes, uma pena de prisão suspensa na sua execução ou um processo suspenso." Um ponto de vista reforçado por Pedro Krupenski, director executivo da Amnistia Internacional Portugal: "Estes abrigos são óptimos, mas o que implica é que a mulher, que já é vítima, saia de casa e se vá refugiar não sei onde, enquanto o agressor fica satisfeitíssimo na sua casa. Temos aqui quase uma punição da própria mulher, que já é vítima e que para deixar de o ser tem de sair do seu meio e da sua zona de conforto."

O que é que diz a lei?

Em 2000, com a aprovação da nova Lei da Violência, o crime de violência doméstica passou a ser um crime público, o que permite que qualquer pessoa possa apresentar queixa. Com a Lei

112/2009, o crime da violência doméstica torna-se um crime específico, permitindo a sua maior protecção e visibilidade, como adianta Elisabete Brasil: "O grande pulo não se deu em 2009 com a aprovação da nova lei da violência, mas em 2000 quando a natureza do crime foi alterada. Entende-se que este é um crime grave e que todos em sociedade somos obrigados a contribuir para a sua denúncia e a sua eliminação. Com a revisão em 2007 do código penal e com a autonomização do crime de violência, que antes não tínhamos, houve um balizar da figura da violência, o que foi bom. Agora, com a nova lei da violência, a lei 112/2009, contemplam-se várias áreas que estavam dispersas por outros diplomas, o que é bom." Uma opinião partilhada por Pedro Kurpenski: "A passagem de crime privado a crime público foi muito positiva. Hoje, qualquer pessoa, sem ser a vítima, pode fazer uma participação."

Os amigos e a família

Numa altura em que a vida parece ter perdido todo o sentido, ter uma rede de apoio sólida faz toda a diferença, como explica Joana Marques Vidal, presidente da APAV: "O fundamental no

apoio à vítima é termos estruturas de apoio às vítimas, para que elas possam decidir em consciência e com segurança que não querem mais ser vítimas. Isso é o essencial da luta contra a violência doméstica. Habitualmente, quando as vítimas se vão queixar ou pedem o apoio de alguma ONG ou instituição, é na sequência já de um conjunto reiterado de actos de violência doméstica. E quando uma vítima assume e tem essa coragem de ir participar, esse enquadramento à sua volta é muito importante." Pedro Kurpenski reforça esse aspecto: "O próprio circuito à volta da vítima, desde os vizinhos aos familiares e ami-

gos, é verdadeiramente fundamental. E há aí uma cautela a ter: se ouvirem gritaria no andar de cima e loiça a partir, tenham alguma cautela ao denunciar esta situação, porque isso pode ser verdadeiramente mais prejudicial para a própria vítima. É importante não ir simplesmente fazer a denúncia, sem sequer abordar a vítima. É importante telefonar para a polícia, mas procurar aproximar-se da vítima e, com as salvaguardas todas e todo o sigilo e toda a descrição possíveis, procurar encorajar a própria vítima a envolver-se no processo, ou a deixar que a sua vizinha, ou alguém desse seu circuito, possa realmente instaurar este processo." ●

***"Ser-se amado e respeitado é o mínimo que se pode esperar desta passagem pela vida, e todos a isso têm direito",
Teresa Metelo Dias, psicóloga***



13 mil

Este é o número de crianças que, no ano passado, assistiram a actos violentos entre os pais. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ressalva que estes números oficiais são apenas indicadores, já que um número significativo dos casos de violência doméstica fica por registar.

PORTUGAL REBELDE

SEXTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2010

ERRO! | Espaço APAV & Cultura



ACERCA DE MIM

ANTÓNIO MANUEL ALMEIDA
PESO DA RÉGUA, PORTUGAL

[VER O MEU PERFIL COMPLETO](#)



PUBLICADA POR PORTUGAL REBELDE ÀS 02:10

0 COMENTÁRIOS:

[ENVIAR UM COMENTÁRIO](#)

Diário de Notícias

APAV com 5700 denúncias desde Janeiro

? De Janeiro até Abril, a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebeu 5700 novos casos de violência doméstica denunciados. Em Vila Real foram contabilizados 205 novos processos. Elisa Brites, responsável pelo único gabinete existente em Trás-os-Montes diz que a distância pode ser muitas vezes um obstáculo à denúncia, embora a APAV faça acções de sensibilização por toda a região. Outros entraves são os mitos sociais, a visão tradicionalista sobre os poderes de género e a vergonha social. "Qualquer pessoa pode denunciar. No caso dos vizinhos ainda há aquela ideia de que 'entre marido e mulher não metas a colher' e a polícia muitas vezes, quando a denúncia é de terceiros, encontra a vítima a negar a agressão", diz Elisa Brites.

publicado a 2010-06-12 às 01:00



evasões VOLTA AO MUNDO

PATROCÍNIO

Para mais detalhes consulte:

http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1591168&seccao=Norte

GRUPO CONTROLINVESTE

Copyright © - Todos os direitos reservados



Em acção informativa

"Violência Doméstica" debatida em Loulé

No âmbito do ciclo de acções informativas designado por "Educação para a Saúde II", promovido pela Divisão de Acção Social, Saúde e Família da Câmara Municipal de Loulé, vai ter lugar, na próxima quinta-feira (dia 17), pelas 18h00, na Escola EB 1 n.º3, nesta cidade, a acção "Violência Doméstica". As vítimas de violência doméstica, a população carenciada, os utentes do Rendimento Social e de Inserção e o público em geral poderão assistir a esta palestra, que terá como palestrantes o capitão Paulo Santos, da GNR, e representantes da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.



Matou a tiro ex-namorada e suicidou-se

Quarteira. Homem estaria a ser pressionado por brasileira e resolveu acabar com tudo

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA

Um homem, de 52 anos, assassinou uma antiga namorada, de 40 anos, com um tiro de pistola no peito. Em seguida, suicidou-se com um disparo na cabeça. O caso, que, segundo apurou o DN, surge na sequência de um "namoro antigo com cenas de ciúmes", terá ocorrido cerca das 02.00 de ontem, em Quarteira (Loulé), no interior de um automóvel, mas os corpos só foram encontrados, pelas 12.45, por uma moradora perto do cemitério.

"Estacionei o meu carro e vi o outro de portas destrancadas, as janelas ligeiramente abertas e a chave na ignição. Apercebi-me que estava uma rapariga encostada, que parecia dormir, completamente vestida e com um casaco e vi uma pistola junto às pernas

dela, além de uma carteira. E aos pés, tinha uma mala. Quando me aproximei mais, vi um senhor encostado a ela, deitado no colo da rapariga e com os olhos abertos", contou Marta Faria.

Ao ligar para o 112, "perguntaram-me se achava que estavam vivos e disseram-me para abrir a porta do carro. Respondi achar que estavam mortos, devido à cor deles, mas que não ia tocar nos corpos", lembrou Marta Faria.

Mortos no carro estavam Idalécio Cristina, director de manutenção do Grupo Luna Hotéis, em Albufeira, e Maria Iolanda, brasileira residente em Quarteira.

O homem vivia num apartamento em Areias de S. João, em Albufeira, com a sua mulher, que ficou em "estado de choque", revelou aos jornalistas uma amiga.

Maria Iolanda, que vivia com uma filha e tinha outros filhos no



ALGARVEPHOTO PRESSGLOBALIMAGENS

Homicídio e suicídio ocorreram no carro, junto ao cemitério

Brasil, trabalhou como cabeleireira em *part-time* e também num bar de alterne. Ultimamente, fazia limpezas numa unidade de saúde. "Era loura, bonita e boa rapariga, mas quando ingeria bebidas alcoólicas ficava transtornada", descreveram ao DN. Segundo contaram, moveu um processo em tribunal contra Idalécio Cristina por se sentir enganada depois de ele lhe ter "prometido casamento".

Apesar de ter viatura própria, Idalécio Cristina alugou, pelas

14.30 de terça-feira, um carro num *rent-a-car* de Albufeira. "Era cliente habitual e uma pessoa tranquila", notou um funcionário.

Entre populares, fala-se que o homem costumava sair com mulheres num carro alugado.

A vítima terá sido aliciada pelo homicida a encontrar-se de noite no carro, quando se consumou o crime e suicídio. Com os festejos, pela noite fora, da vitória da selecção brasileira de futebol, ninguém na vizinhança ouviu os tiros.

NÚMEROS E CASOS

CIFRAS

» **Nos últimos** seis meses, registaram-se pelo menos dez mortes motivadas por questões passionais e violência doméstica.

DENÚNCIAS

» **Entre Janeiro** e Abril, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV recebeu 5700 novas denúncias de casos de violência doméstica.

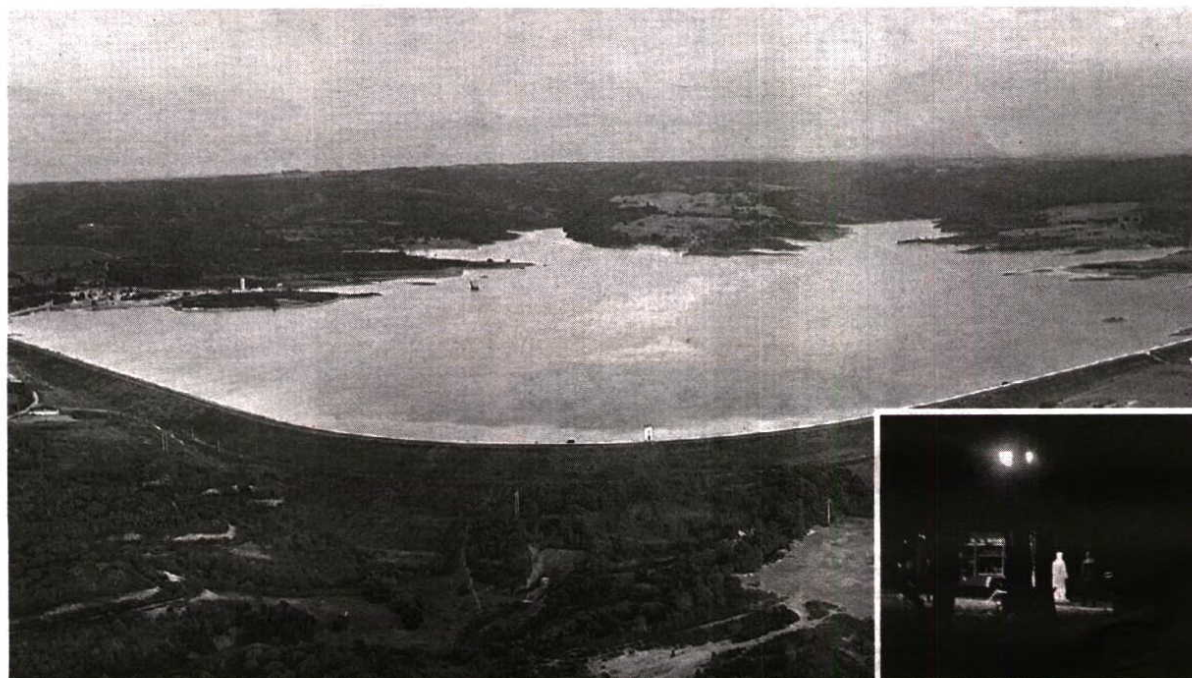
TRÊS MORTES NUM DIA

» **Um dos casos** mais recentes e horrendos aconteceu no passado dia 11, numa aldeia de Montalegre, onde um homem de 72 anos degolou a sobrinha de 42 anos na cama, matou a mulher de 68 anos com um tiro na cabeça e depois suicidou-se. Há não muito tempo o homicida tinha sido questionado pela GNR devido a queixas de violência doméstica e foram-lhe apreendidas armas e um quilo de dinamite.

CRIMES ENTRE AMIGOS

» **Motivos** passionais terão estado na origem do desentendimento entre dois vizinhos, amigos de longa data, no passado dia 6, na Moita, que resultou na morte de um deles, de 43 anos, vítima de várias facadas.

SINES ■ CRIME BRUTAL JUNTO À BARRAGEM DE MORGAVEL



Crime ocorreu numa clareira a montante da barragem. Vítimas tinham cerca de 30 anos e o homicida 40. Bombeiros foram ao local

Caso com contornos passionais

● As autoridades admitiam ontem como cenário "provável" ter-se tratado de uma situação com contornos passionais, um dos principais motivos de violência doméstica, um fenómeno com cada vez mais denúncias em Portugal. De acordo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), durante 2009 foram assinaladas 6539 mulheres vítimas de crime – média de 18 por dia. As estatísticas indicam que as mulheres são sobretudo alvo de violência psicológica, mas só em 2009 foram assassinadas 26, de acordo com o Observatório de Mulheres Assassinadas. Registou-se ainda uma vítima mortal associada e 43 mulheres vítimas de tentativa de homicídio. Os números indicam que as mulheres assassinadas em Portugal morrem à mão de companheiros, maridos e namorados. ■ PG.

Mata mulher e amiga a tiro e tenta suicídio

■ Circunstâncias permanecem uma incógnita. Judiciária de Setúbal está a investigar

● HELGA NOBRE/PEDRO GALEGO

Um homem matou ao início da noite de ontem, a tiro de caçadeira, a sua mulher e uma amiga desta, ambas na casa dos 30 anos, junto à barragem de Morgavel, Sines. Os contornos do brutal crime permaneciam ao final da noite por explicar, embora fosse admitido ter-se tratado de um caso passionais (ver caixa em cima). Uma Brigada de Homicídios da PJ de Setúbal permanecia no terreno na recolha de indícios. O homicida, Rui, com cerca de 40 anos, tentou suicidar-se, mas falhou e ficou ferido com gravidade (ver caixa ao lado).

Vítimas e agressor chegaram na mesma viatura

De acordo com a GNR, o duplo homicídio teve lugar pelas 19h50. Para o local foram mobilizados várias ambulâncias e elementos da corporação de Sines, chamados pelo próprio homicida.

De acordo com a mesma fonte, no local da tragédia, um sítio ermo a montante da barragem – onde existe uma clareira rodeada por eucaliptos –, havia apenas uma viatura, pelo que tudo indica que vítimas e homicida tenham chegado juntos. Uma das vítimas mortais era mulher de Rui, sendo que a outra seria, ao que tudo indica, amiga desta. "Desconhecemos os contornos de como tudo terá acontecido", disse a fonte. ■

PORMENORES

VÍTIMAS

Uma das mulheres foi encontrada junto à viatura e outra mais afastada. No interior da carrinha em que os três terão chegado ao local estavam malas, carteiras e documentos pessoais das vítimas.

GNR OUVIU TIROS

O comandante da GNR de Sines foi o primeiro a chegar ao local depois de ter ouvido disparos.

CAÇADEIRA

A caçadeira usada no duplo homicídio foi recuperada pelas autoridades.

Homicida assistido pelo INEM em estado grave

● Depois de atirar a matar sobre as duas mulheres, o presumível homicida tentou disparar sobre si mesmo, mas o tiro não foi fatal. "O homem foi retirado em estado grave para o Hospital do Litoral Alentejano e posteriormente transferido de helicóptero para Santa Maria, em Lisboa", disse fonte da GNR, a primeira entidade a chegar ao local. Segundo a mesma fonte, foi o próprio agressor que ligou para o 112.

"Ligou o número de emergência e disse que tinha disparado sobre duas mulheres, sendo depois assistido no local por uma equipa do INEM", acrescentou. Por apurar está também o número de tiros disparados da



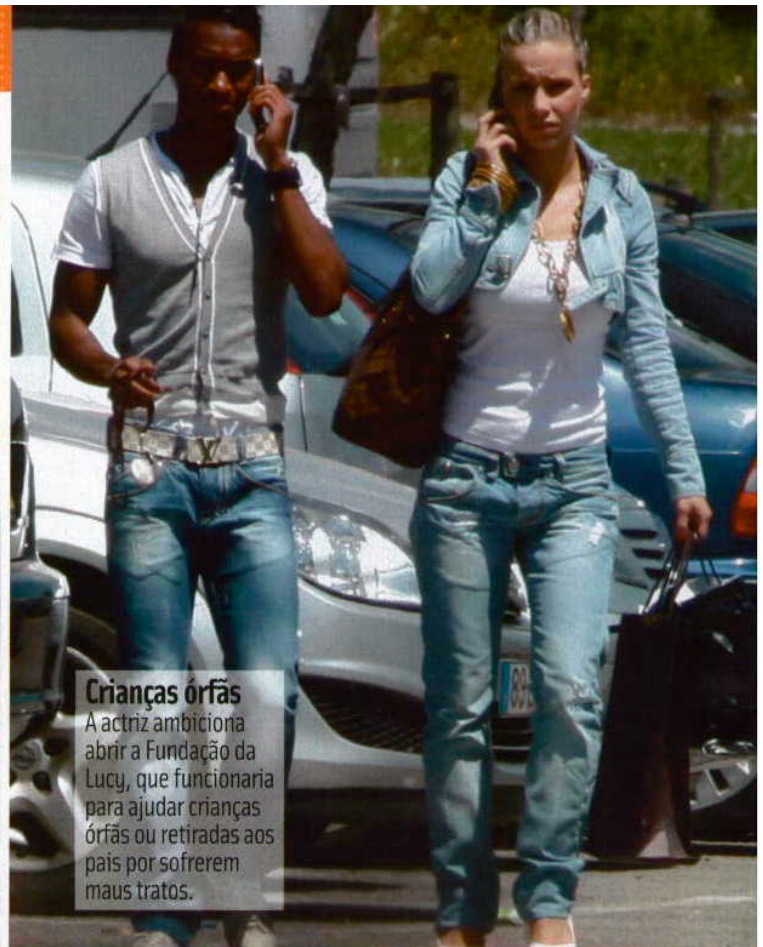
Levado para Santa Maria

caçadeira semi-automática e se houve outras agressões entre os três envolvidos. Permanece com prognóstico reservado. ■ PG.



Televisão

Em 2005, a nortenha viu o êxito bater-lhe à porta quando participou no concurso *Ídolos* (SIC), no qual ficou conhecida como *Barboleta*.



Crianças órfãs

A actriz ambiciosa abriu a Fundação da Lucy, que funcionaria para ajudar crianças órfãs ou retiradas aos pais por sofrerem maus tratos.

A jovem actriz viveu uma infância complicada, marcada pela violência doméstica.

LUCIANA ABREU: Infância sofrida

Assistiu durante anos ao drama da violência doméstica mas nunca perdeu a esperança de ter uma vida melhor. A actriz chegou a ter dois empregos, estudou muito e pediu ajuda a Deus.

Espero que o meu exemplo incentive jovens com começos de vida difíceis". A frase é da actriz e cantora **Luciana Abreu** (25) e ilustra na perfeição como é possível dar a volta a situações dramáticas e nunca perder de vista os sonhos. A artista, a mãe e a irmã foram vítimas de violência doméstica durante anos a fio. Sem nunca mencionar a palavra pai, Luciana participou em 2007 numa tertúlia sobre maus tratos infantis na Assembleia da República e revelou que sofreu bastante com este flagelo.

Para ultrapassar esta situação, Luciana sabia que só tinha duas hipóteses: lutar com todas as forças e acreditar sempre em Deus. "Já fiz manicure, fui empregada de mesa, limpei salões de cabeleireiro, estudei e cheguei a ter dois empregos ao mesmo tempo, mas nunca desisti dos

meus objectivos. Sempre que chegava a casa, rezava à noite, falava com Jesus e pedia-lhe do fundo do coração que os meus sonhos se realizassem. Estive muitas vezes no fundo do poço, sem dinheiro para pagar a renda e comer", afirmou a actriz numa entrevista.

O sonho de uma fundação para ajudar crianças órfãs

A força de vontade dela contagiou a família. Luciana sempre recebeu o apoio incondicional da mãe, Ludovina, e da irmã, Luísa. As três partilharam sempre os bons e os maus momentos. Foi assim desde que Luciana brilhou pela primeira vez na televisão, no concurso *Ídolos*, na SIC, até aos dias de hoje, em que participa em

novelas, é aliciada por revistas masculinas e do social (a *FHM* bateu o recorde de vendas com ela na capa) e os paparazzi perseguem-na.

"Por muito que se sofra na infância, vale a pena acreditar, porque os desejos podem tornar-se realidade", disse a actriz no programa da RTP2, *5 para a Meia-Noite*. Luciana acrescentou ainda que "um homem que bate numa mulher devia ter a mão cortada logo a seguir".

Apesar das más recordações da infância, Luciana nunca perdeu a esperança de encontrar um homem que a fizesse feliz. O "príncipe encantado", como ela própria o definiu, é o futebolista **Yannick Djaló** (24). O início do namoro parecia tirado de um conto de fadas. "Fui pedida em namoro à minha mãe, como sempre sonhei, com um lindo ramo de flores e uma aliança fora do normal, muito especial".

Luciana e Yannick casaram no dia 13 de Maio, numa cerimónia discreta e com poucos convidados. A troca de alianças foi apenas mais um sonho concretizado. Outros estão caminho. No plano profissional, passa por continuar o trabalho na televisão. A nível pessoal, abrir a Fundação da Lucy para ajudar crianças órfãs ou retiradas aos pais por sofrerem maus tratos. Se o projecto for para a frente, será meio caminho andado para acontecerem mais histórias felizes, que Luciana ajudará certamente a contar. ♥



Casamento

Luciana casou no dia 13 de Maio com o futebolista Yannick Djaló, o seu príncipe encantado. A cerimónia foi discreta e contou com muito poucos convidados.

Carta do leitor

Foto: Ferdiq / Getty Images / Global

Ajudar a ter coragem

A violência doméstica deve ser denunciada.

"A minha vida era um inferno"

A mãe era agredida pelo pai e pedia-lhe para não contar nada a ninguém.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica tem três fases: aumento da tensão, em que o agressor direcciona as suas tensões sobre a vítima. A segunda é a fase do ataque violento, em que a vítima é maltratada fisicamente podendo ficar em estado grave. A última fase é a fase da "lua-de-mel ou do apaziguamento". Aqui, depois de descarregar a tensão, o agressor manifesta arrependimento e promete não voltar a ser violento.

Informe-se

CONSELHOS

- Os filhos devem contactar a polícia sempre que houver violência em casa;
- Referencie áreas de segurança na casa, onde haja sempre saída e o acesso a um telefone. Quando houver uma discussão, evite a cozinha ou a garagem, dado o elevado risco de aí se encontrarem facas ou outros objectos susceptíveis de serem usados como armas.

ONDE DIRIGIR-SE

- A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) é uma instituição particular de solidariedade social, que tem como objectivo estatutário promover e contribuir para a informação, protecção e apoio aos cidadãos vítimas de violência. A ajuda é sempre prestada a quem precisa de forma gratuita e também completamente confidencial.

MANDE-NOS A SUA HISTÓRIA:

Se tem problemas e gostaria de saber o que fizeram os famosos na sua situação, contacte-nos: POR E-MAIL: contacta.pt@revistacuore.com (indicando no assunto: Histórias de superação).

Passei por uma experiência traumatizante durante anos. Ainda hoje, não consigo esquecer as traumatizantes discussões entre os meus pais, que acabavam quase sempre em violência e com a minha mãe a chorar no quarto. Ela pedia-me para eu não contar nada a ninguém. O meu pai controlava-lhe a vida toda. Impedia-a de visitar familiares, de tomar café com as amigas e, se ela se atrasava, ficava furioso. Nunca compreendeu que por motivos de trabalho (era assistente administrativa) se pudesse atrasar cinco minutos da hora a que normalmente chegava a casa.

O meu pai chegava sempre mal disposto e, de tanto beber, adormecia no sofá. Depois chamava-nos nomes a mim e à minha mãe. Dizia que éramos mal educadas e que não valíamos nada. Puxava-me os cabelos e,

quando a minha mãe me tentava defender, as agressões eram inevitáveis. Era um inferno.

Estávamos prisioneiras de um homem agressivo. Chegou a um ponto em que eu tive de convencer a minha mãe a fazer queixa ou era eu quem denunciava a situação. Ela desabafou com uma amiga que a levou a uma associação de apoio às vítimas de violência doméstica. Aconselharam-nos a fugir até a situação estar resolvida. Fomos para a casa da tal amiga durante dois meses. Todos os amigos e familiares se uniram em torno do nosso caso. Entretanto, apresentámos queixa na polícia. Envergonhado com a situação, deixou de nos ameaçar. Nós alugámos uma casa longe dele e continuámos a nossa vida.

"Chegou um momento em que tive de convencer a minha mãe a fazer queixa."

Anónimo (pore-mail)



ID: 30731228

23-06-2010

A maioria relacionados com violência doméstica

Gabinete de apoio à vítima regista aumento de processos

ARQUIVO DM



Braga registou 180 processos nos primeiros seis meses deste ano, a maioria de violência doméstica

 Marta Encarnação

O Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Braga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou nos primeiros seis meses do ano 180 processos, mais 25 do que em igual período do ano passado. A maioria dos processos estão relacionados com violência doméstica, onde se incluem também casos de violência contra pessoas idosas.

Teresa Sofia Silva, gestora do GAV de Braga, deu conta de um aumento das denúncias que envolvem idosos. As situações são quase sempre denunciadas por vizinhos das vítimas que «se apercebem que os idosos estão a ser maltratados por familiares ou outros cuidadores». «As pessoas contactam-nos e pedem-nos para intervir, mas é sempre muito

complicado nestas situações», referiu a responsável que dirige o GAV há 12 anos.

Apesar de estar muito associada ao apoio às vítimas de violência doméstica, a APAV existe para ajudar vítimas de todos os crimes. Esta é de resto a mensagem que será transmitida na nova campanha nacional da APAV, que esta sexta-feira comemora 20 anos de existência.

Abuso de poder, abuso sexual, furto, rapto, violação, carjacking, homicídio, corrupção, cibercrime, escravidão, ameaças, difamação são outros dos crimes que fazem parte do quotidiano dos técnicos e voluntários da associação. «Há crimes que deixam marcas», «Há crimes que nos deitam abaixo» e «Há crimes que não saem da memória» são as mensagens a transmitir.

A ideia é também veiculada em todas as ações de sensibilização que o GAV de Braga realiza ao longo do ano. «A APAV está muito associada ao apoio às vítimas de violência doméstica. Mas nós não existimos apenas para ajudar nesse tipo de crime. Tentamos transmitir essa mensagem nas ações que realizamos em escolas, em colóquios e conferências para os quais somos convidados», frisa Teresa Sofia Silva.

362 processos em 2009

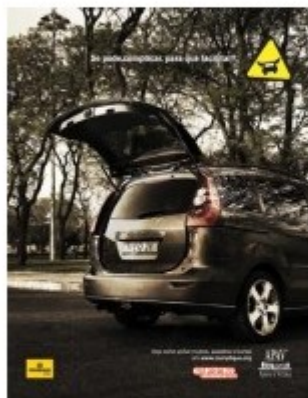
No ano passado, o GAV de Braga registou 362 processos, 325 dos quais relacionados com violência doméstica. As vítimas são quase sempre mulheres de várias idades, havendo contudo uma prevalência para a faixa entre os 30 e

os 40 anos. Os agressores, refere a técnica, são geralmente «pessoas socialmente aceites, muito simpáticas, cordiais, acima de qualquer suspeita, mas que em casa se transformam».

A violência doméstica atinge todas as classes sociais, mas à APAV chegam principalmente vítimas com poucos recursos económicos. «O apoio da APAV é gratuito. As pessoas com mais recursos podem recorrer a um advogado, a um psicólogo. Pagam o que for preciso», afirma.

No GAV as vítimas podem ter acesso a apoio jurídico, social e psicológico. O gabinete de Braga, criado em 1993, funciona das 14h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira. Fora deste horário, as vítimas podem recorrer à linha nacional 707 20 00 77.

Crimes: APAV já apoiou mais de 180 mil pessoas em 20 anos



d.r.

[Ver Fotos »](#)

Campanha "Se pode complicar, para quê facilitar?" da APAV

Mais de 180 mil pessoas foram apoiadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em 20 anos de apoio diário às vítimas de crime em Portugal.

Entre 1990 e 2009, a APAV, que na sexta feira celebra 20 anos, registou 93 422 processos de apoio, o que corresponde a um universo estimado de cerca de 187 000 pessoas apoiadas.

A APAV presta apoio emocional, jurídico, psicológico e social às vítimas de crime, através dos 15 Gabinetes de Apoio à Vítima, presentes em oito distritos do país, além das unidades específicas de apoio à vítima imigrante.

Segundo a APAV, estão a ser cada vez mais apoiadas pessoas vítimas de crimes de furto, burla, abuso de confiança e falsificação de documentos.

24 de Junho de 2010 | 18:11
agência lusa

Mata mulher e amante por “gostar das duas”

SINES Homem usou uma caçadeira para matar as duas mulheres e tentar o suicídio, na barragem de Morgavel. Ficou gravemente ferido

Há algum tempo que Rui, na casa dos 40 anos, vinha revelando alguma ansiedade, que os amigos mais próximos atribuíam ao relacionamento que mantinha com duas mulheres em simultâneo. A esposa, de 30 anos, e uma segunda mulher, da mesma idade, com a qual viria a ter uma relação extraconjugal. O que os amigos não esperavam era que a situação atingisse um tal ponto de descontrolo que acabasse em tragédia, com Rui a matar ambas as companheiras, antes de se tentar suicidar com um tiro que o deixaria gravemente ferido.

Enquanto a investigação da PJ de Setúbal não chega a uma conclusão sobre as causas do duplo

homicídio, os amigos de Rui vão admitindo que o seu acto desesperado teve motivações amorosas. “Pode parecer estranho, mas ele matou-as porque gostava das duas e não estava a conseguir lidar com a situação, já que depois havia outras confusões que agora não interessa trazer para aqui”, argumentou Bruno Sedas.

O crime foi cometido nas margens da barragem de Morgavel, em Sines, para onde Rui, que trabalhava em Porto Covo, levou ambas as vítimas, residentes em Vila Nova de Santo André, fazendo-se transportar numa carrinha onde guardava uma caçadeira.

Os tiros desferidos sobre ambas as mulheres foram escutados no posto da GNR de Sines, sendo que uma delas ainda terá tentado escapar. Antes de disparar em si próprio, Rui ainda ligou do telemóvel para o 112 para dar o alerta do sucedido.

ROBERTO DORES, Setúbal

HOMICÍDIOS

12 mortes em crimes passionais

» Desde Dezembro, já 12 pessoas morreram em homicídios cometidos em contexto passional ou familiar. Este caso de Sines é mais um. Na semana passada, em Quarteira, um homem de 51 anos, director de manutenção de uma cadeia de hotéis em Albufeira, matou a tiro uma ex-companheira, uma brasileira de 40 anos, cometendo depois suicídio. Este mês, também em Montalegre, um homem de 60 anos degolou a sobrinha e matou a mulher a tiro, matando-se de seguida. Na origem dos crimes estiveram problemas familiares, com queixas de violência doméstica já existentes. De acordo com a APAV, as queixas de violência doméstica já são mais de 5700, desde o início do ano.

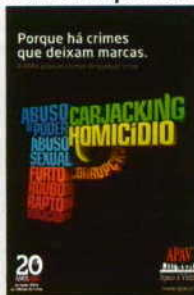


Apoiar vítima de crime

▶ APAV: 20 anos com campanha de sensibilização

No próximo dia 25, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) celebrará 20 anos. Também para comemorar, está a desenvolver campanha nacional de sensibilização com ênfase em três temas e uma só mensagem: «Há crimes que deixam marcas».

Um dos crimes que aparece em destaque, e em relação ao qual a APAV pretende colocar maior enfoque na sensibilização, é o *carjacking*. João Lázaro, director executivo, explica através do sítio da associação (www.apav.pt), acedendo ao *link* Cautelas Contra o Crime, como os cidadãos poderão encontrar todos os



conselhos possíveis para evitarem ao máximo serem vítimas deste crime. Porque este «é um crime de oportunidade; logo esteja alerta».

No entanto, e apesar de não existirem na associação dados específicos sobre *carjacking*, a APAV também dá apoio psicológico a quem a procurar: «É um crime com grande grau de violência e as consequências psicológicas e os traumas podem não se manifestar imediatamente», salienta João Lázaro. «Mais tarde podem surgir ataques de pânico, bruscas mudanças de humor», entre muitos outros sintomas.

ID: 30765655

25-06-2010

●● **APAV** | Mais de 180 mil pessoas vítimas de crime foram apoiadas pela Associa-



ção Portuguesa de Apoio à Vítima, que hoje celebra 20 anos. Entre 1990 e 2009, a organização registou 93.422 processos, o que corresponde a um universo estimado de cerca de 187 mil pessoas apoiadas.



Psicóloga diz que crianças e jovens estão mais conscientes dos riscos da Net, mas estão também em idade de arriscar

Um violador preso a cada dois meses após contacto pela Internet

Crime. A vergonha das vítimas em denunciar torna as cifras negras assustadoras, diz a APAV

ISALTINA PADRÃO
e SÓNIA SIMÕES

O contacto começa pela Internet, mas termina em crime. No último ano e meio, a Polícia Judiciária (PJ) anunciou a detenção de dez homens que violaram mulheres depois de as conhecerem pela Internet, o que significa uma média de uma detenção a cada dois meses. Ainda assim, os números estão longe da realidade: há casos que não foram divulgados pela PJ e há o medo das vítimas em denunciarem o que lhes aconteceu. Isto mesmo é corroborado pela Associação de Apoio à Vítima (APAV), onde os "casos [com origem na Net] denunciados são uma ínfima parte do *iceberg*, que é muito grande e preocupante".

Segundo a PJ, os detidos (na Grande Lisboa, Centro e Norte do País) têm entre 16 e 45 anos. Já as vítimas, foram mulheres e crianças de ambos os sexos, todos com a mesma particularidade: conheceram-se através de *chats* de conversação ou redes sociais da Internet. Alguns passaram depois a trocar mensagens por telemóvel até chegar o dia do encontro.

O último caso divulgado pela Judiciária é referente a uma jovem de 16 anos residente em Lisboa que conheceu um rapaz de 17, através do Hi5, acabando por ser "conduzida por ele e mais quatro indivíduos para um bairro proble-

mático da zona de Loures, onde foi vítima de violação". A PJ deteve, na quarta-feira, três dos sujeitos.

Um tem 16 anos e, por ser menor, ficou à solta, sendo-lhe extraída certidão para o tribunal de família e menores. Já os restantes, têm 17 e 18 anos e ficaram com Termo de Identidade e Residência, apresentações semanais na esquadra da área e proibição de contactos entre eles. Todos vivem no mesmo bairro, em Loures. De salientar que, segundo o comunicado da PJ, alguns arguidos tinham antecedentes policiais por crimes violentos contra a propriedade.

Este crime de violação aconteceu a 6 de Janeiro e, segundo disse

ao DN fonte da Judiciária, a jovem foi violada por dois dos rapazes, enquanto os restantes três assistiam aos actos praticados com a vítima que havia marcado encontro com um dos indivíduos que tinha conhecido pouco tempo antes através do Hi5.

Ao DN, Helena Sampaio, da APAV, disse que esta é uma realidade preocupante, mas que não é muito divulgada à associação. "A realidade deste crime resultante do contacto através da Internet é muito mais dramática do que os casos que nos são denunciados", diz, sem adiantar números, mas frisando que eles "são muito pouco significativos".

Segundo a psicóloga, a explicação para a escassez de denúncias tem sobretudo a ver com vergonha e culpa. "O alvo das abordagens pela Net é, sobretudo, composto por crianças e jovens, que por si só, são populações vulneráveis e vítimas que não se identificam como tal. Consideram-se culpadas, e por isso não recorrem a nós", explica Helena Sampaio.

De acordo com esta responsável, neste caso é mais eficaz a abordagem preventiva – como acções de esclarecimento em escolas. E adianta, que embora os jovens estejam cada vez mais conscientes dos riscos da Net, também estão em idades que querem arriscar.

Jovens querem partilhar vida 'online' com pais

INTERNET Exposição à nudez ou tentativas por parte de estranhos para as conhecerem na vida real são algumas das experiências negativas pelas quais já passaram mais de seis em cada dez crianças utilizadoras da Net. Isto consta de um estudo que ontem foi conhecido em Portugal, mas que não abrangeu crianças do nosso país.

Conscientes dos perigos que a Internet representam, mas não querendo abdicar da sua utilização, os menores, segundo o documento *Norton Online Family Report*, querem mais envolvimento parental na suas vidas *online*.

Além de confiarem nos seus pais, caso alguma coisa má aconteça online, quase nove em cada dez crianças inquiridas disseram que seguem as regras familiares para o uso da Net. Já menos de metade dos pais inquiridos conhecem as experiências negativas dos filhos.

Segundo o estudo, uma em cada dez crianças já foi alvo de tentativas de estranhos para as conhecerem fora do mundo virtual, enquanto que uma em cada quatro já viu imagens de violência ao núdez na Internet. Essas experiências negativas têm um "profundo impacto emocional" nos mais jo-

vens, sendo que um quinto das crianças sente-se embaraçado e arrependido. "Muitos jovens têm sentimentos de culpa em relação a situações de que, muitas vezes, nem são responsáveis. E isso alerta-nos para a necessidade de, como pais, partilharmos essa responsabilidade", disse o fundador do projecto MiudosSegurosNa.Net, Tito de Moraes, presente na apresentação deste relatório realizado em Fevereiro. Este estudo do Norton foi o maior de sempre, tendo sido questionadas mais de 2800 crianças e sete mil adultos de 14 países. I.P. com Lusa

CONSELHOS

AMIGOS

» **"Os amigos"** on-line são, na realidade, estranhos

LIGAÇÃO

» Com o computador ligado à Internet podem praticar-se crimes em qualquer local do globo

LINGUAGEM

» Os filhos devem comunicar aos pais qualquer mensagem de cariz insinuante ou obscena

CERTIFICAR

» Há que confirmar a veracidade dos contactos virtuais e não devem ser dadas informações pessoais.

PERÍODO

» Os pais devem estabelecer períodos de utilização da Internet.

PARTICIPAR

» Os pais devem fazer parte das redes sociais que os filhos integram, para estar a par de tudo.

3 PERGUNTAS A...

"Que incentivo é dado a quem cumpre a lei?"



EURICO REIS
Juiz
desembargador

Um jovem de 16 anos viola alguém, mas fica "à solta" porque é menor. O que pensa disto [de um modo geral]?

Não falo de casos em concreto. Mas o facto de não se ser penalmente responsável, não quer dizer que se seja irresponsável. Deve ser aberto um processo para saber quais as medidas a aplicar a alguém, que embora não seja penalmente imputável, praticou actos que são puníveis como crime.

O criminoso deve, portanto, ser punido independentemente da sua idade?

Infelizmente, nos tempos que correm, é necessário levar a censura ética (a sociedade tem de censurar determinada atitude) a quem só entende a dimensão do que faz quando lhe toca na pele. As pessoas têm de perceber que não podem fazer o que querem impunemente. **E quanto aos jovens delinquentes ficarem em liberdade, por terem praticado uma violação, até serem julgados?** Nestes casos, eu pergunto apenas uma coisa: Que incentivo está a ser dado às pessoas que cumprem a lei? I.P.



ID: 30764062

25-06-2010

APAV quer alargar apoio ao interior do País

Vítima. Associação faz 20 anos e tem projectos para alargar ajuda na violência doméstica

ELISABETE SILVA

No dia em que comemora 20 anos, a Associação de Apoio à Vítima (APAV) anuncia como objectivo alargar a rede de apoio contra a violência doméstica às zonas do interior do País. Outro projecto são as campanhas de sensibilização, com as escolas como centro das atenções, para as vítimas de crimes menos mediáticos como furtos, burla, *carjacking*, falsificação de documentos, abuso de confiança, violência contra idosos, ou discriminação racial.

Grande parte dos pedidos de ajuda que chegam à APAV estão relacionados com a violência doméstica. Para Joana Marques Vidal, presidente da associação, isso "não significa que tenha havido um aumento de casos, mas sim que mais vítimas começaram a dar

a cara e a denunciar os seus casos".

E esta é uma das vitórias da associação nestas duas décadas de vida. "As pessoas começaram a ter mais coragem, mas também porque começaram a obter mais respostas", salienta ao DN Joana Marques Vidal.

A aposta da APAV tem estado nas grandes cidades e a associação lembra que no interior do País há ainda carências no apoio às vítimas. "Temos de dedicar a atenção ao interior. Queremos arranjar estruturas flexíveis para que as pessoas dessas zonas possam ter acesso a um maior e melhor apoio", explica.

O trabalho da APAV ganhou sobretudo mediaticidade junto das vítimas de violência doméstica, mas a associação vai colocar em prática várias acções de sensibilização lembrando que dá apoio a todas as vítimas de violência.



Há cada vez mais pedidos de ajuda à associação

"Não é dada muita atenção a alguns crimes, como a violência étnica ou contra idosos. Pretendemos recordar que há vários tipos de vítimas e que todas têm direitos", realça Joana Marques Vidal.

João Lázaro, vice-presidente da APAV, diz que é fundamental definir rapidamente a diferenciação de direitos das vítimas. "O que con-

seguimos nestes anos foi que a vítima fosse reconhecida. É necessário perceber que todas devem ter os mesmos direitos, mas que deverá haver respostas específicas. É o caso das crianças e jovens, que têm necessidades de apoio diferentes de adultos", afirmou.

Em duas décadas de trabalho, mais de 180 mil pessoas foram

AJUDA

20 ANOS

► Em duas décadas a APAV registou 93 422 processos, o que corresponde um apoio a mais de 180 mil pessoas.

2010

► Só este ano cerca de 13 500 pessoas foram ajudadas.

TELEFONE

► Nas estatísticas de 2009 indicam que 61% dos primeiros contactos foram feitos por telefone, dos quais 35% dos casos seguiram para o contacto presencial.

PESSOAL

► Em 64,6% dos pedidos de ajuda é a própria vítima que faz o contacto para a APAV.

MULHERES

► 86% das vítimas em 2009 foram mulheres (6539).

apoiadas pela APAV, em resultado da abertura de 93 422 processos. A APAV tem como objectivo disponibilizar ajuda emocional, jurídica, psicológica e social às vítimas de crime, através de 15 gabinetes de apoio à vítima em oito distritos do País.

Tem também unidades específicas de apoio à vítima imigrante.

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA****APAV já apoiou mais
de 180 mil pessoas**

Mais de 180 mil pessoas foram apoiadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em 20 anos de apoio diário às vítimas de crime em Portugal. Entre 1990 e 2009, a APAV, que hoje celebra 20 anos de actividade, registou 93 422 processos de apoio. O que corresponde a um universo estimado de cerca de 187 000 pessoas apoiadas.

Sugestões do JM

Blog e sites do dia

www.apav.pt

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) celebrou ontem, dia 25 de Junho, os seus 20 anos. A APAV surgiu com a missão de apoiar as vítimas de crimes em Portugal. Vinte anos passados, a APAV cresceu, afirmou-se como projecto sólido, apoiou milhares de pessoas: de 1990 a 2009 foram registados 93.422 processos de apoio, o que corresponde a um universo estimado de cerca de 187.000 pessoas apoiadas.



Lei da Violência Doméstica “ainda tem fragilidades”

Cláudia Ferreira

● A subcomissão de Igualdade da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias promoveu ontem, em audição pública, uma reflexão sobre a aplicação do regime jurídico relativamente à prevenção da violência doméstica e à protecção e assistência às suas vítimas. Esta audição, que juntou organizações não governamentais da área, autoridades policiais e ainda elementos do Governo, teve como principal objectivo reflectir sobre o emprego da lei que regula um dos “principais crimes realizados em Portugal”.

Para Elza Pais, secretária de Estado para a Igualdade, “existiu [com a aplicação da lei] um avanço significativo” na área. Com a audição, foi feito um

balanço dos oito meses de aplicação desta lei por parte das entidades que com ela lidam diariamente.

De acordo com a secretária de Estado, tem existido uma “articulação entre os níveis de intervenção, assim como projectos em rede e sensibilização da sociedade em geral”. Para além disso, verificou-se um “aumento das unidades de apoio à vítima”, que agora são 544 estruturas, ao qual se pode juntar o número de casas de abrigo (36). Nas palavras de Elza Pais, a “maior visibilidade conseguida para o tema e a formação dos profissionais” afirmam-se, ainda, como uma mais-valia.

Apesar da perspectiva do Governo, muitas foram as entidades não governamentais que referiram as vulnerabilidades da lei estabelecida.

Para Joana Marques Vidal, da Associação de Apoio à Vítima (APAV), o diploma em vigor apresenta pontos positivos, contudo continuam a existir limitações. Se, por um lado, se trata de uma “lei que permite uma leitura facilitada”, que “consagra a vítima”, proporcionando apoio à mesma, por outro, existe “desconformidade na sua aplicação” e “falta de esclarecimento junto das vítimas e das diversas entidades”. A resposta será, na opinião da organização, a criação de gabinetes



Há 544 estruturas de apoio às vítimas de violência doméstica. E há também 36 casas de abrigo

de apoio e, por exemplo, um reforço da formação das autoridades. Também para Elisabete Brasil, da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), esta é uma lei que “encontrou soluções”. Apesar disso, é ainda essencial “criar secções especializadas nos tribunais”, apostar na “formação para magistrados”, clarificar o tema, “diversificar as respostas” e “melhorar o tempo e as formas de actuação”.

Para as diversas autoridades policiais presentes, a proximidade com os casos “exige uma actuação rápida”, e em diversas frentes (prevenção, actuação e investigação criminal). Para António Afonso, subcomissário da PSP, a aposta na formação dos elementos policiais teve uma evolução positiva, contudo ainda não é a que “se idealizou”.

Violência doméstica

GAV Porto registou 1286 processos em 2009.

Perto de um quarto das denúncias que chegaram ao Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) em 2009 diziam respeito a maus-tratos físicos. Os dados constam do relatório de estatística do GAV, que, por sua vez, pertence à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Ainda de acordo com o mesmo documento, a APAV registou um total de 3573 crimes, dos quais mais de 25% estão relacionados com violência física e 33,8% com maus-tratos psicológicos. Já o GAV/Porto somou, no decorrer do ano de 2009, um total de 1586 processos, sendo que os meses de Fevereiro, Julho e Setembro se destacaram pelo maior número de queixas. É ainda de assinalar que se mantém a tendência dos anos anteriores, dado que cerca de 84% das vítimas pertencem ao sexo feminino.

[[Voltar](#)]

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA Números do Gabinete de Apoio à Vítima do Porto da APAV

Maus tratos são um quarto das denúncias

Associação registou, em 2009, **um total de 1586 processos de apoio**. Cerca de 84% das vítimas foram mulheres.

NUNO MIGUEL PEREIRA
npereira@destak.pt

Cerca de um quarto das denúncias registadas pelo Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) do Porto estavam relacionadas com maus tratos físicos. Este dado consta do relatório

de estatística do GAV, que pertence à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A APAV registou um total de 3573 crimes, dos quais 911 (25,5%) estão relacionados com maus tratos físicos. Os números do GAV/Porto os maus tratos psicológicos representaram 33,8% das denúncias. Os casos de violação e de abusos sexuais 1,5% dos registos. Os casos de violência doméstica representaram 87,4% dos crimes registados pela APAV e foram seguidos dos crimes contra o património, com 8,2%.

MAIORIA DAS VÍTIMAS ERAM CASADAS

Entre as vítimas, quase metade (48,5%) estavam casadas e 15,6% eram solteiras. O tipo de família nuclear com filhos apresentava-se com uma percentagem bastante elevada (44,9%), seguido do casal sem filhos (8,9%).

No decorrer do ano de 2009, o GAV/Porto registou um total de 1586 processos de apoio. De Janeiro a Dezembro, os meses que receberam mais contactos foram Fevereiro (9,6%), Julho,



Os crimes de violência doméstica dominam as estatísticas da APAV

(9,6%) e Setembro (9,6%). A terça-feira (19,5%) foi em 2009, tendencialmente, o dia de semana mais preenchido em termos de atendimentos e a sexta-feira o menos preenchido (15,5%).

Das 1498 vítimas de crime assinaladas pelo GAV do

Porto em 2009, «é possível observar que a tendência de anos anteriores se mantém», dado que cerca de 84% das vítimas eram do sexo feminino e situavam-se, em termos de faixa etária, entre os 26 e os 55 anos de idade (38,2%). ●

SAPO Saúde » Notícias Actualidade

[« voltar](#)

Seminário APAV 4d - prevenção integrada em contexto escolar

Iniciativa tem como objetivo refletir acerca da prevenção de comportamentos de risco na adolescência

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV promove o Seminário APAV 4d - prevenção integrada em contexto escolar. Esta iniciativa tem como objetivo refletir acerca da prevenção de comportamentos de risco na adolescência, sobretudo ao nível das quatro dimensões identificadas no Programa 4d - currículo de prevenção para o 9º ano de escolaridade: violência nas relações de namoro e entre pares, comportamentos sexuais de risco, consumo e abuso de substâncias e desigualdades de género.

O 4d é um programa de prevenção universal, implementando em contexto escolar, e que resultou da tradução e adaptação do The Fourth R, um projeto desenvolvido e testado no Canadá, pela equipa coordenada pelo investigador David Wolfe. As comunicações de especialistas nacionais e internacionais permitirão discutir e refletir acerca dos desafios da prevenção nestes domínios.

Programa:

09:30 - Abertura.

Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular/Ministério da Educação - Isabel Baptista

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - Manuel Albano

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - João Lázaro

10:00 - Sessão Plenária 1: Prevenção de Comportamentos de Risco na Adolescência.

14:30 - Sessão Plenária 2: Práticas de Prevenção em Contexto Escolar.

16:30 - Encerramento. APAV 20 anos: Planos para o Futuro.

Local Auditório do Museu Nacional Soares dos Reis (Palácio dos Carrancas - Rua D. Manuel II).

Fonte: Diário Digital / Lusa

2010-07-01

[Imprimir](#) | [Enviar a amigo](#)